ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXV Mensário, Março 1999 Nº 284 Preço 140$00

• **Subsídio Gulbenkian**
Abertas as candidaturas até final de Abril
página 2

• **Timor**
Será que estão a chegar os primeiros raios de sol a este povo martirizado?
página 3 e 11

• **Porto**
Iniciativa da Delegação reúne mulheres da ADFA em 1.º Encontro
página 5

• **Desporto**
Remo Indoor e Ténis de Mesa animam Sábado na Sede
página 7

PORTE PAGO

Várias efemérides vão assinalar a passagem do 25.º Aniversário da ADFA, ao longo do ano, com especial incidência em Maio, por forma a deixar bem patente a razão da nossa presença e a chamar a atenção para as medidas legislativas que urge adoptar em relação aos deficientes militares. Nos 25 anos de Abril, exaltamos os ideais de liberdade e justiça e juntamos o nosso esforço ao de todos os que lutam pela dignidade. Participe.

UNIDADE E COESÃO 1974 25 anos 1999 14 de Maio ADFA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Relatório de Actividades e Contas de 1998

suplemento

Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA apresenta proposta de rede de apoio a stress

página 12

Assembleia Geral Nacional Ordinária

Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, que se realizará na Sede Nacional da ADFA, sita na Av. Padre Cruz, em Lisboa, pelas 14h00, do dia 27 de Março de 1999, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Analisar e votar o parecer do CN sobre a execução do orçamento de 1998 da ADFA *(alínea c) do artigo 34º)*; 2 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, do Relatório e Contas da DN e analisar o parecer do CFN *(alínea b) do artigo 34º)*; 3 - Proposta de actualização de quotas para 2000 *(alínea e) do artº 34º)*; 4 - Ponto da situação sobre reivindicações legislativas; 5 - Informações da DN.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1999

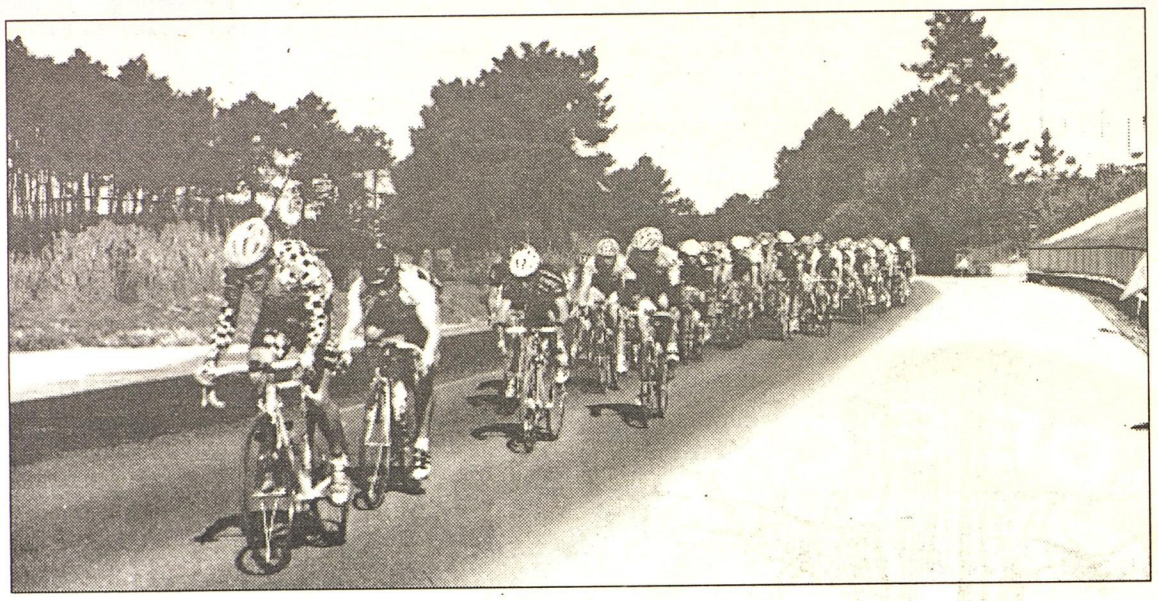
A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício
(Presidente)

Informações

Ciclismo

Equipa da ADFA estreia-se na Pista Túlio Pereira

FOTO: FARINHO LOPES



Conforme divulgámos na última edição, é já no dia 21 de Março, pelas 9h30, que vamos fazer a estreia da equipa da ADFA, com uma demonstração de competição na pista Túlio Pereira, na Malveira.

Para este tipo de prova contamos já com alguns associados, e já foram convidadas todas as associações que também praticam esta modalidade.

Alguns associados só pretendem participar em passeios de cicloturismo e, por esse motivo, já estamos a seleccionar os praticantes, para sabermos com quem podemos contar nas competições.

Temos sido contactados por camaradas nossos pertencentes a delegações, interessados em fazer parte da nossa equipa, o que muito nos honra.

Sendo já elevado o número de inscritos no cicloturismo, aconselhamos as delegações que tiverem associados interessados em participar, a formar a sua própria equipa, com vista a organizar encontros a nível nacional, lembrando que o espírito que nos levou a formar esta secção se prende com a competição saudável entre deficientes.

Para a estreia da equipa, a Associação conta com os associados que em tempos já praticaram esta modalidade e que queiram "fazer o gosto à perna", deixando o convite a todos que, mesmo não podendo participar, venham apoiar os seus camaradas. •

Farinho Lopes

Breves

Subsídio Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian, a exemplo dos anos anteriores, atribuirá à ADFA um subsídio destinado a satisfazer os pedidos que lhe são dirigidos pelos associados, relativamente à compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e à comparticipação na aquisição de viatura própria, por parte dos associados portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas iguais ou superiores a 60 por cento.

No caso de aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído desde que se verifique a não comparticipação deste material por parte das entidades militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios para a comparticipação da compra de viatura própria são regulamentadas por normas aprovadas pela Direcção Nacional, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos associados em todas as Delegações.

A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de incapacidade e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoios, apenas são, geralmente contemplados os nossos associados portadores de deficiências motoras sensoriais e psíquicas de grau de incapacidade muito elevado.

Para o concurso de 1999, os associados interessados devem preencher o questionário respectivo, que se encontra ao seu dispor na sede ou Delegações, durante o mês de Abril, procedendo-se posteriormente á atribuição das comparticipações. •

Descontos para a visão

Os associados e funcionários da ADFA vão poder usufruir de descontos na compra de óculos e óculos de sol na Óptica São Sebastião, em Lisboa.

Além dos descontos que podem efectuar-se, os associados auferem dos benefícios ou acordos de comparticipação dos organismos estatais.

Os descontos são os seguintes: 20 por cento na compra de armações, 10 por cento na aquisição de lentes graduadas e 20 por cento na compra óculos. •

Companhia de Caçadores 2655

Havendo necessidade de actualizar os ficheiros do pessoal da ex-Companhia de Caçadores 2655, que prestou a sua comissão de serviço em Sanga Planície/Miconge, no norte de Cabinda, em 1970/72, com vista à organização de próximas reuniões de convívio, envolvendo sempre os respectivos familiares, todos os elementos (eventualmente também os adidos) devem contactar Raúl Nunes Pinheiro, Rua Monserrate 50, 2815-159 Charneca da Caparica, ou telefones (01) 296 15 21 / 297 80 95/6/7, telemóvel: 0936 603 49 40. •

Consultas no HMP

Todos os associados com direito à 3ª pessoa (acompanhante), quando se dirigem às consultas no Hospital Militar Principal, podem almoçar no Refeitório da Casa de Saúde da Família Militar com o seu acompanhante. As senhas para almoço devem ser solicitadas nos serviços de secretaria da consulta onde se dirige. •

Novos contactos em Évora

O número de telefone e fax da Delegação de Évora vai ser alterado a partir do próximo dia 26 de Março, Sexta-feira.

O actual número (066) 23473 muda para (066) 703473.

Cegos reunem-se em Abril

Os associados cegos começaram a reunir-se no Porto, e ultimamente têm realizado encontros em Lisboa.

No encontro realizado no passado dia 27 de Fevereiro, ficou decidido efectuar uma reunião mais alargada, a 17 de Abril, na Sede Nacional.

O Serviço Social vai entrar em contacto com todos esses associados.

O programa deste encontro será divulgado na próxima edição. •

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Março, dia 4, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Durante o ano, as datas previstas para a realização das reuniões na Delegação são as seguintes: 1 de Abril, 6 de Maio, 2 de Junho (Quarta-feira, devido aos feriados), 1 de Julho, 5 de Agosto, 2 de Setembro, 7 de Outubro, 4 de Novembro e 2 de Dezembro.

Reunião na Sede Nacional

Na última 6ª feira de Março, dia 26, vai ter lugar um jantar/reunião de associados na Sede Nacional, pelas 20h00. Os associados que não puderem comparecer ao jantar, pago por cada um ao preço do almoço, podem juntar-se à reunião pela hora do café.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 3º Sábado de Março, dia 20, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. Neste Sábado, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

No 2º Sábado de Março, dia 13, das 9h00 às 12h00. Neste Sábado, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Reunião do Conselho Nacional

No dia 6 de Março, Sábado, pelas 10h00, vai ter lugar o Conselho Nacional da ADFA, na Sede Nacional, com a seguinte agenda para a reunião ordinária: 1) emitir parecer sobre o cumprimento do orçamento de 1998; 2) aprovar o relatório de actividades do Concelho Nacional relativo ao ano de 1998; 3) análise do parecer semestral do Conselho Fiscal Nacional sobre as actividades e situação financeira da ADFA; 4) realização do IV Congresso da ADFA; (continuação da última reunião); 5) readmissão do associado José Luís Cavaco Ferreira; 6) ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas; 7) informações da Direcção Nacional.

Assembleia Geral Nacional Ordinária

No dia 27 de Março, Sábado, pelas 14h00, vai ter lugar a Assembleia Geral Nacional Ordinária, na Sede Nacional, com a seguinte agenda: 1) analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 1998 da ADFA (alínea c) do artigo 34º); 2) discussão e votação do relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e analisar o Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º); 3) Proposta de actualização de quotas para 2000 (alínea e) do art.º 34º); 4) ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas; 5) Informações da DN.

O ELO corrige

• Na última edição, por lapso uma vírgula foi trocada por um ponto final na carta do associado Mário Inácio, com o título "Vamos ser claros". Deveria ler-se: "Foi como pregar no deserto, até ao próprio ELO na pessoa do seu "Jornalista" principal de então, eu propus que se publicasse um artigo sobre o stress de guerra, com o objectivo de tentar sensibilizar a Direcção e a opinião pública para este drama, também por este fui enganado, dava boa palavra mas nunca passou daí."

• Na mesma edição ficou agendada a Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Faro para as 18h00 do dia 18 de Fevereiro, em vez de ser marcada a referida reunião para o dia 19 de fevereiro, pelas 18h00, como referido em carta de 8 de Janeiro.
Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas. •

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.° 4, do Art.° 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Abner Tomás Fuel
Alberto Abreu Calinas
Alberto Fernandes Carvalho
Álvaro Feliciano Silvestre
Andelmo Marques Santos Loureiro
Armando Gouveia Martins
Armando Moreira Gomes Esteves
Artur Correia Esteves
Augusto Manuel Meses Pedro
Carlos Fernando Mabjala
Celina Batista Ferreira
Deolinda Matos Soares Campos
Farim Seidi
Francelina de Jesus D. Ferreira
Jacinto Maria Estevam Violante
João Simões dos Santos
Joaquim Vitorino Cabrita
Jorge Manuel Andrade Fragoso
José Albuquerque Ferreira
José Correia Baptista Bravo
José Silvestre Maciel Campos
Manuel Francisco Martins
Manuel Marques
Maria Alice Silva Dias Figueiredo
Maria de Lurdes Oliveira Sarrico
Mário José Assunção dos Santos
Paulo Vasco Rocha da Silva Dias

ELO
PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • **Email:** adfa@mail.telepac.pt • **Internet:** http://www.adfa-portugal.com **ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO** Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 LISBOA • **Telefone:** (01)7570502 / 7570583 / 7570645 • **Fax:** 7571319 **DIRECTOR** António Carreiro **REDACÇÃO** Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Carriço (secretariado) **COLABORADORES** Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvinho, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luís Baltazar, Luísa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Patuleia Mendes, Sá Flores. **CONCEPÇÃO GRÁFICA e Maquetagem** João Conceição **PRÉ-IMPRESSÃO** Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt.93-A 7ºC - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 956 62 63 **MONTAGEM** Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 385 35 93 **IMPRESSÃO** Imprejornal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 851 21 88 **GRAVAÇÃO DO ELO SONORO** Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo **Depósito Legal:** 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. **ASSINATURA ANUAL** 1 400$00. **Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.**
Tiragem deste número 9 500 exemplares

Grande Plano

Conversa de Oratório

Jaime Ferreri

Era melhor esse soldado do que alguns dos teus actuais seguidores que, de lágrimas nos olhos e invocando o teu nome, matam de vingança os médicos e quem trabalha nas clínicas que praticam aborto. A mensagem da morte a saldar a morte...

A casa presta-se a conversas. Como um berço, situada entre serranias, é povoada ora de silêncios cúmplices ora de atarefados jantares. Os muitos convivas que a visitam trazem ânsias de repouso; uma procura de paz ou tão só o merecido descanso ligado aos sabores apaladados da boa mesa. Nela existe um oratório e um Cristo, com mais de Jesus que do próprio Cristo, quase moldado à compreensão de quem assim, por tempos infindos, O procurou... Está despojado do madeiro, liberto da cretina forma de os judeus, naquele tempo, praticarem justiça. E que justiça!. Olho por vezes aquela peça de marfinite, tão subtil no artista que lhe deu forma; pergunto por Jesus, o menino hebreu, traquina, que um dia fugiu aos pais e de conversa com os senhores do templo lhes foi mostrar o sem significado de tanta doutorice badalada. Hoje, por certo, não teria mãos a medir nem humildade a comedi-lo.

Sempre tive de Cristo mais a ideia do menino que nasceu em Belém, uma curiosa procura do Jesus histórico e cada vez menos a compreensão do Jesus da fé. É certo ser indelével a marca deixada por Jesus na história profana... A nós, mais que a figura da personagem, ensinaram de pequeninos o mistério da salvação como se a Teologia se possa sobrepor à História. É assim que, no meu canto, nos rigores bem-queridos do silêncio, me dou com Ele a conversar...

Não sei se é fé ou a procura dela, não sei se é raiva ou a forma de a abafar... Sei que cada vez me sinto mais indignado no mundo miserável a que pertenço e, na mistura dum crer e dum doloroso descrer, procuro Torga e também me interrogo sobre Manuel, um homem feliz, por acreditar, "que a vida não termina com a última pancada do coração".

Sabes Jesus, cada vez que te olho apetecia-me tocar mais dentro a maravilha da tua anunciação, a arrancada para uma nova filosofia de vida, uma esperança para quem só teve de paga a sorte madrasta da passagem. Mas a seguir aos pastores, aos reis magos guiados pela estrela de mistério, vem logo Herodes que, por inveja, te procura, te deseja a morte e se consola no sangue dos inocentes. Tu abalas para o Egipto e deixas em pranto sofrido as mulheres de Israel.

Regressas, cresces, pregas e, entre feitos que abalaram o mundo, deixas-te pendurar numa cruz.

A tua ressurreição livra-te do madeiro mas deixa as marcas dos cravos e da lança no peito. O último suspiro, o teu último suspiro como homem, é um acto de misericórdia no soldado romano que não suporta mais o teu sofrer... Era melhor esse soldado do que alguns dos teus actuais seguidores que, de lágrimas nos olhos e invocando o teu nome, matam de vingança os médicos e quem trabalha nas clínicas que praticam aborto. A mensagem da morte a saldar a morte...

Como Cristo, os teus discípulos, os teus cristãos, mostram-te depois, sofredor e pregado ao madeiro, como se a libertação que trouxeste se assemelhe sempre a uma cruz que cada um de nós tem forçosamente de carregar. Para uns, duas achas cruzadas de faia levíssima; para outros uma carga difícil em duas traves compactas de afizélia. Pesos distintos para o mesmo venial pecado.

Grupos de fanáticos reclamam-te outra vez na viragem do século. Querem um novo messias, um milagreiro que dê sossego às mentes perturbadas por sonhos de grandeza e de loucura. Por tantos desses, mas em teu nome, cada vez os homens são menos homens mesmo tendo em conta o sonho ilusório de, no além, serem quase deuses, serem quase tu. Se podes vir de novo, vem como Jesus, liberto, cheio de bondade e de sede de justiça. Se quiseres vem como homem mas, pelo menos, na terra, impõe-se como Deus. •

Episódios

O desenterrar das bandeiras

José Diniz

Quando os Japoneses ocuparam Timor, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, muitos Timorenses passaram à guerrilha contra o ocupante. O respeito e a veneração que tinham à Bandeira de Portugal levou alguns a enterrar nos seus quintais este autêntico símbolo sagrado, para que não fosse apanhada pelos invasores. No final da guerra, libertos da ocupação, correram aos esconderijos para tornarem a desfraldar esse símbolo de unidade, de que nem sequer a sombra se atreviam pisar. Esta fidelidade às cores de Portugal está bem patente na figura do liurai (chefe tradicional) D. Aleixo, cujo portuguesismo o levou ao sacrifício da própria vida, frente aos algoses japoneses. Visto à luz dos iconoclastas tempos de hoje, este episódio parece estranho, mas para o povo daquela então colónia portuguesa do Pacífico representava o sustentáculo da sua arreigada identidade étnica, cultural e religiosa, bem diferenciada da outra metade da ilha, colonizada pelos Holandeses. Agora que, de uma forma que está a causar alguma surpresa, a Indonésia parece estar disposta a abrir mão das suas pretensões sobre Timor-Leste e a dar a oportunidade àquele povo martirizado por 24 anos de ocupação de escolher o seu destino, é chegada a altura de, novamente, os Timorenses desenterrarem as "bandeiras" escondidas. Não já a Bandeira Portuguesa, feita de pano verde-rubro e com as quinas ao centro, porque isso não faria sentido, passados todos estes anos, durante os quais Portugal se bateu pela sua autodeterminação. É, sim, chegado o momento de os Timorenses desfraldarem bem alto tudo aquilo que ao longo de séculos cimentou a sua identidade e que durante estes anos de ocupação teve de ser "escondido" e esteve em perigo de desaparecer. Os "machados de guerra" que em 1975 quase levaram à guerra civil devem continuar bem enterrados. O tempo das ideologias extremistas, alimentadas de fora, já passou e também não é tempo para vinganças. Agora é necessário valorizar todos os factores de unidade e de coesão por forma a que a terra do crocodilo retome seu próprio caminho. •

Editorial

Foi de propósito!

António Carreiro

Desde o 25 de Abril que nos mantemos unidos e coesos, na luta por ideais nobres, cheios da nossa enorme generosidade, vinda de uma juventude de entrega e que, teimosamente, continuamos a ter conosco. Temos a certeza de que nem a morte nos fará baixar os braços, na luta intransigente e determinada, pela dignidade da pessoa deficiente; pela aceitação de corpos mutilados, esfacelados, esteticamente impróprios, cheios de peças defeituosas ou almas menos lógicas, como portadores de cidadãos de corpo inteiro, tão sujeitos de direitos fundamentais como qualquer outro elemento da comunidade.

Foram 25 anos de intervenção tão diversa quanto nós somos.

Desde a ostentação ostensiva de mazelas e próteses à educação das crianças em escolas e escolas. Desde a intervenção agressiva mas sensata na comunicação social, à participação responsável na elaboração de legislação e sensibilização de responsáveis políticos e dos elementos dos órgãos de soberania. Desde Portugal pequenino até aos PALOP e a praticamente todos os países do mundo, levámos o nosso dinamismo, empenho e a justeza da nossa razão.

Foram 25 anos de presença pouco discreta. Foi de propósito.

Bem! E não se iludam! Porque vamos continuar a ser iguais a nós próprios: cidadãos conscientes, responsáveis e, claro, muito participativos. Foi mesmo para isso que nascemos: para ser ouvidos nas decisões que nos dizem respeito. Para fazer da força da palavra a nossa arma de combate, em sã democracia, pugnando pela dignidade da pessoa humana, pelos valores essenciais, pela liberdade, pela igualdade de oportunidades.

Cidadãos que somos, não nos conformamos com mentalidades deficientes, com discriminações de qualquer ordem, com humilhações de caridosa des-humanidade, pseudo-solidárias, que confortam o íntimo dos corações que espezinham o "desgraçado do coitadinho".

Vamos fazer jus ao símbolo criado para os 25 anos.

Vamos engrandecer a ADFA unidos e coesos na prossecução dos objectivos dignos que nos movem.

Vamos mostrá-lo nas comemorações. •

Testemunhos de vida

"O Deficiente na Sociedade" em colóquio na Guarda

"Um Olhar ao Alcance de Todos", "O Deficiente na Sociedade", foi o tema da conferência organizada pela ADM Estrela, no dia 29 de Janeiro, na cidade da Guarda.

O objectivo desta acção, era consciencializar a sociedade de que a inclusão das pessoas com deficiência é um valor a defender, e a sua diferença é um valor a respeitar por todos!

Segundo a Constituição da República Portuguesa, todos temos a mesma dignidade social, que se traduz nos direitos à formação profissional e ao emprego, sendo este o ponto de partida para a organização da conferência subordinada ao tema "O Deficiente na Sociedade".

Após a recepção dos participantes no IPG, e da sessão de abertura, esteve em análise retrospectiva a evolução dos conceitos relacionados com o atendimento e com as crianças necessitadas de uma educação especial, bem como alguns recursos necessários para um maior sucesso no mundo do trabalho, com as pessoas portadoras de deficiência.

O testemunho de vida deixado nesta conferência por um jovem portador de deficiência motora, que se encontra no momento a frequentar um curso de formação profissional, deixou a crítica a uma sociedade que não sabe compreender os cidadãos portadores deficiência. Apesar do apoio prestado por algumas instituições, falta muitas vezes o apoio da família, o que acaba por conduzir os jovens a experimentar alguns vícios. Confessa que "feriu" algumas pessoas que o ajudaram , mas a falta de motivação limitou-o!

Outros testemunhos referem como é difícil a vida de um deficiente visual que estuda e se desloca na cidade da Guarda, e que diz: "nunca sei onde existe uma passadeira, já para não falar nas árvores plantadas na avenida que vai até ao Liceu".

Um deficiente motor integrado no mercado do trabalho diz que, depois de regressar do Centro de Reabilitação de Alcoitão, tornou-se um prisioneiro na sua residência, pois quando precisa de ir à rua, só encontra obstáculos, afirmando que é uma vergonha não haver uma única passadeira com rampa, assim como, aquelas que existem, serem difíceis de transpor, pelo facto de não se respeitarem as cotas.

A maior parte das cidades de Portugal, não tem condições físicas que facilitem a mobilidade e autonomia das pessoas portadoras de deficiência para lhes facilitar a participação plena na vida social. •

João Gonçalves

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Delfim M. Oliveira

Sócio nº1600
51 anos
Faleceu no dia 31/03/96

Residia em Coimbra. Deixa viúva Maria Alexandrina dos Santos Soares de Oliveira. Serviu no Batalhão Caçadores 1875/R.I. 2.

José Maria M. Costa

Sócio n.º 8524
47 anos
Faleceu no dia 15/08/97

Residia em Guimarães. Deixa viúva Maria José Ferreira Vila Real. Pertenceu ao R.C.P. – Tancos.

Manuel F. Peixoto

Sócio n.º 10350
43 anos
Faleceu no dia 06/12/97

Residia em Barcelos. Deixa viúva Maria da Conceição Freitas da Silva e três filhos órfãos. Pertenceu ao Q.G. da Região Militar do Porto.

Manuel Silva Santos

Sócio n.º 3513
73 anos
Faleceu no dia 13/09/97

Residia em Vila Nova de Gaia. Pertenceu ao Regimento de Cavalaria n.º 7, Lisboa.

Raul Ferreira Nogueira

Sócio n.º 11192
53 anos

Residia em Gouveia. Foi incorporado na RI-7 e mobilizado para Angola.

Coimbra

Eleições em Coimbra

A Federação Portuguesa de Campismo realizou eleições para os seus órgãos directivos.

O associado José Adelino Figueira Guerra foi eleito para o Conselho de Disciplina, para o triénio 1999/2002; António Pinto Carvalho foi eleito para o Conselho Regional Norte, que abrange os distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda, para o período de 1999/2002. •

Passeio a Folgosinho

No dia 20 de Março, Sábado, a Delegação de Coimbra realiza um passeio à Serra da Estrela. O almoço será em Folgosinho, Serra da Estrela, e o lanche em Mangualde (Santuário). Formoselha será o ponto de partida para este convívio excursionista, com passagem por Coimbra, Torres do Mondego e Penacova.

O primeiro autocarro está completo, mas a Delegação de Coimbra já está a trabalhar para o segundo.

As inscrições podem efectuar-se na Delegação de Coimbra. •

Coimbra sobre rodas

A Delegação de Coimbra recebeu, para a campanha de angariação de fundos para a carrinha, os seguintes donativos: José Augusto Tavares Calinas, 1.000 escudos e José Manuel Mendes, 1.000 escudos. •

"Volta da Liberdade"

No dia 25 de Abril vai decorrer a "Volta da Liberdade – Cicloturismo", organizada pela Delegação de Coimbra, com um circuito que inclui passagem na Av. Fernão Magalhães, Açude, Santa Clara, Portugal dos Pequeninos, Ponte Santa Clara, Parque, Estação Nova e Av. Fernão de Magalhães.

O passeio está aberto a todas as idades e tipos de bicicleta, considerando os triciclos e as cadeiras rodas. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 20 de Abril. •

Almoço em Lisboa

No 25º Aniversário da ADFA vai ter lugar um almoço comemorativo na FIL, em Lisboa, no dia 15 Maio, Sábado, pelas 13h00.

Os associados da zona de Coimbra vão participar no encontro nacional, organizando uma excursão de autocarro.

A partida de Coimbra faz-se no dia 15 de Maio, pelas 8h00. As inscrições fazem-se na Delegação de Coimbra. •

Famalicão

Autocarro para a AGNO

Os associados interessados em comparecer na Assembleia Geral Nacional Ordinária, em Lisboa, no dia 27 de Março, Sábado, podem reservar o seu lugar no autocarro que a Delegação põe ao seu serviço nesse dia. A Delegação ou os núcleos de Braga e Guimarães recebem as inscrições até ao próximo dia 20 de Março.

Dias de atendimento

A Delegação de Famalicão vai estar encerrada no próximo sábado, dia 6 de Março.

A funcionária da Delegação vai deslocar-se ao Núcleo de Braga, no próximo dia 20 de Março.

Os associados interessados em dirigir-se ao Núcleo de Guimarães, podem contactar com a funcionária da Delegação no dia 13 de Março. •

Faro

Assembleia Geral

FOTO: RAFAEL VICENTE

No dia 18 de Fevereiro teve lugar a Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Faro, na sede da Delegação, onde foram apresentados e aprovados os relatórios de actividades e contas de 1998, na presença dos órgãos sociais da Delegação e dos elementos do Conselho Fiscal Nacional (CFN).

O presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação referiu-se à mudança de instalações que marcou o ano que passou, actividade que destacou de entre aquelas em que os associados do Algarve participaram, congratulando-se com o trabalho da direcção, com especial referência para a contribuição por parte dos associados que "colaboram com o que é seu".

Nicolau Rufino, presidente da direcção da Delegação, salientou as relações estabelecidas com as entidades da região e a convivência de associados nos vários encontros organizados, realçando o aniversário da Delegação e a festa de Natal.

O presidente lembrou também o contacto estabelecido com o Comandante Militar do Algarve, Coronel Reis, que entregou à Delegação uma placa do Centro de Recrutamento de Faro.

O CFN lembrou ainda as comemorações do 25º Aniversário da ADFA, em Lisboa, convidando todos os associados a participar activamente nas actividades que vão realizar-se.

Foi feito também um apelo à elaboração de um relatório semestral do Conselho Fiscal da Delegação, a enviar ao CFN.

Ainda no que respeitou à participação no 25º Aniversário da ADFA, foi sugerido que a Delegação organizasse excursões para os associados. •

Funchal

Férias na Delegação

A Delegação da Madeira informa os associados que vai estar encerrada para férias, no período de 18 a 23 de Março próximo. •

Viseu

Carrinha para Viseu

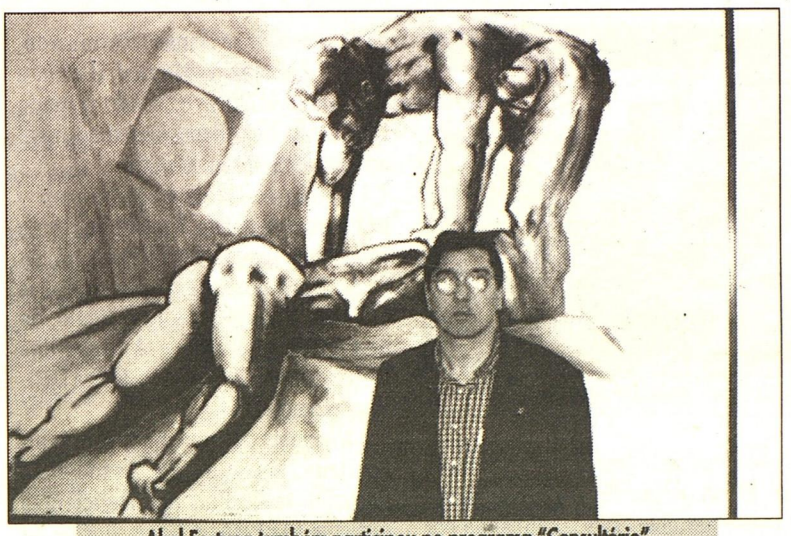
Durante o mês de Janeiro, os nossos associados contribuíram com os seguintes donativos para a compra de uma carrinha utilitária para serviço da Delegação de Viseu: João Manuel Santos Gonçalves, com 20.000 escudos; Alberto Pinto, com 15.000 escudos; Fernando Alves, António P. Ferreira, Alfredo C. Correia, José Santos, Manuel L. Cunha, José C. Filipe, com 5.000 escudos; Artur Fernandes, José Gonçalves, Victor Salvador, Helder Silvério, com 1.000 escudos. •

ADFA na RTP

"Stress de Guerra" discutido na televisão

Passados quase 25 anos sobre o fim da Guerra Colonial, só agora algumas das suas consequências começam a ser tratadas. É o caso do "Stress de Guerra" que foi o tema do programa "Consultório", no dia 26 de Janeiro, na RTP1.

FOTO: FARINHO LOPES



Abel Fortuna também participou no programa "Consultório"

O Síndroma Pós-Traumático de Stress - DPTS, vulgarmente conhecido por "Stress de Guerra", tem sido alvo nos últimos tempos de muita discussão. A questão, há muito levantada pela ADFA, e contemplada no caderno reivindicativo apresentado pela Associação ao Ministério da Defesa Nacional, tornou-se agora assunto da ordem do dia com a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, discutida na Assembleia da República, que visa criar uma rede nacional de despiste e tratamento da doença.

Esta proposta vem assim reforçar a posição da ADFA que defende ser fundamental um olhar mais atento por parte das entidades competentes, sobre esta questão.

Para esclarecer a opinião pública sobre o problema do "Stress de Guerra", a Delegação do Porto foi convidada a estar presente no programa "Consultório". Além de Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, estiveram também presentes os psiquiatras Afonso de Albuquerque e Jaime Milheiro, e Maria Silva na qualidade de esposa de um ex-combatente afectado pela doença.

Memórias inesquecíveis

Depoimentos de ex-combatentes que noite após noite revivem o drama de um tempo passado na guerra, serviram como nota introdutória a um debate só possível depois de quase um quarto de século sobre o fim da Guerra Colonial.

Instabilidade psíquica e emocional, irritabilidade, violência, insónias, pesadelos, incapacidade para gerir uma vida familiar e profissional, são alguns dos sintomas apontados pelos especialistas como sendo comuns aos ex-combatentes afectados pela doença.

Apesar de há muito tempo a doença estar caracterizada noutros países, em Portugal ainda não está enquadrada na Tabela Nacional de Incapacidades, o que está a provocar um amontoado de processos carentes de resolução.

Segundo Afonso de Albuquerque, o número de pessoas afectadas ronda os 50 mil, um número bastante representativo e merecedor de uma melhor atenção. No entanto, só com um levantamento dos casos será possível acabar com a dúvida e contabilizar o número real de pessoas afectadas.

Quanto às razões por que só passados muitos anos a doença começa a ser visível, Jaime Milheiro referiu que esta se revela num momento em que a pessoa faz um balanço da sua vida. Opinião contrária manifestou Abel Fortuna, salientando terem surgido casos na Associação em que a doença se verificou logo após a vinda do Ultramar.

No ar ficou a ideia de que é fundamental criar formas de apoio a estes doentes, assim como o reconhecimento da existência do "Stress de Guerra". Entretanto, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa, já existe um programa, sob a orientação de Afonso de Albuquerque que visa a terapia de grupo para o tratamento e acompanhamento aos associados portadores de DPTS. •

AV

ADFA Porto promove

Encontro de mulheres da ADFA

Debater questões como "O que é ser viúva de um ex-combatente", "O que é ser mãe de um ex-combatente falecido no Ultramar" e "O que é ser esposa de um deficiente das Forças Armadas", é um dos objectivos desde Primeiro Encontro de Mulheres da ADFA, organizado pela Delegação do Porto e que terá lugar no próximo dia 20 de Março, Sábado.

A iniciativa partiu do Gabinete de Serviço Social e pretende, além de estreitar os laços de amizade existentes, ser um espaço onde os problemas psicossociais que afectam um grande número de famílias de militares que combateram na Guerra Colonial, possam ser debatidos, não esquecendo também a necessidade de dinamizar o espírito associativo ao nível das mulheres.

Desde há dois anos que a Delegação do Porto tem vindo a reunir com as viúvas associadas da ADFA com o objectivo de fazer o ponto da situação relativamente ao caderno reivindicativo apresentado ao Ministério da Defesa Nacional e que contemplava, entre muitos outros pontos, a revisão da situação das viúvas que ainda não tinham direito a qualquer pensão. Com a saída, em Agosto de 1998, de nova legislação, esta situação ficou finalmente resolvida, passando todas as viúvas a poder receber uma pensão.

Paralelamente a esta luta outros valores se levantaram, gerando um movimento de solidariedade e tornando evidente a necessidade de um debate permanente sobre os problemas vividos pelas mulheres que acompanharam e acompanham os deficientes militares. Surgiu assim a ideia de alargar este encontro a outras mulheres que não sejam viúvas. No entanto, e para que os objectivos traçados obtenham os melhores resultados é fundamental a presença de todas. •

A.V.

Programa

11h00 - Recepção às convidadas
12h30 - Almoço (facultativo e por marcação)
14h00 - Debate
16h30 - Lanche de confraternização

Os interessados podem confirmar a sua presença até ao dia 16 de Março, Terça-feira, no Serviço de Atendimento ou pelos telefones (02) 8320403 - 8320744 •

Breves

Viagem a Barcelona

Continuam abertas as inscrições para os associados e familiares que pretendam participar na viagem que a Delegação do Porto está a organizar a Barcelona. Para procederem à sua inscrição, os interessados devem contactar o Serviço de Atendimento desta Delegação. •

Assembleia Geral

Vai ter lugar no próximo dia 27 de Março, Sábado, em Lisboa, mais uma Assembleia Geral Nacional Ordinária. Para os associados que pretendam estar presentes, a Delegação do Porto está a organizar um autocarro que efectuará o respectivo transporte. O horário da partida está previsto para as 8h00 do dia 27, devendo assim os associados fazer a sua inscrição no Serviço de Atendimento desta Delegação. •

Março

Dia 6 - 10h00 - Reunião com associados portadores de cegueira e ambliopia.

Dia 20 - Encontro de Mulheres da ADFA.

Abril

Dia 1 - Jantar convívio em Vila do Conde – restaurante "O Marquês" (antigo "Toca", em Touguinha, Vila do Conde). Marcações junto da comissão organizadora ou na Delegação do Porto.

Dia 10 - 10h00 - Encontro do Projecto 2+4 . •

RESIDÊNCIA QUINTA DAS CAMÉLIAS

Alameda das Linhas de Torres (Ex-EPAM) - LISBOA

A ADFA dispõe de instalações mobiladas (15 quartos), para acolher associados e familiares que pretendam deslocar-se a Lisboa. Reservas e marcações pelo tel.: 757 05 02 / 757 04 22
Dr.ª Ana Leonor ext.: 226

Há a possibilidade de reservar alguns apartamentos/estúdios prioritariamente para **estudantes** filhos de associados, com valores a considerar após inscrição no Serviço Social - Dr.ª Ana Pereira pela extensão 238

Museu da Guerra Colonial

Delegação de Famalicão

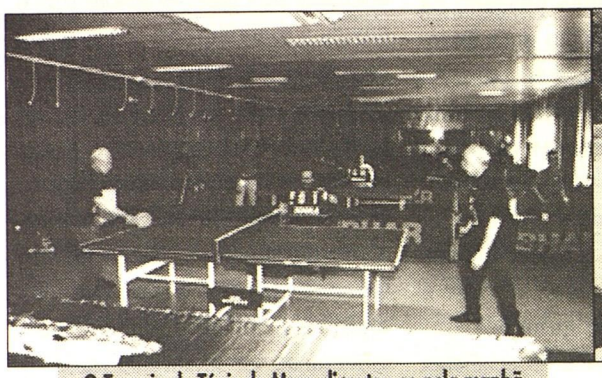
Segunda a Sexta das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00;
2.° e 3.° Sábados do mês – das 9h30 às 12h00.

Se tem material relacionado com a Guerra Colonial e se está interessado em colaborar com o Museu da Guerra Colonial, contacte a Delegação de Famalicão. Participe na história do seu país!

Ténis de Mesa e Remo "indoor"

Actividade desportiva para manter a saúde

FOTOS: RAFAEL VICENTE



O Torneio de Ténis de Mesa disputou-se pela manhã

A equipa da ADFA em plena competição

Desenvolver a prática do desporto como estilo de vida saudável, foi um dos objectivos do evento desportivo organizado pela ADFA, na Sede Nacional, no passado dia 20 de Fevereiro, que envolveu os atletas de várias instituições de e para deficientes numa competição de ténis de mesa e noutra de remo "indoor".

Pela manhã, disputou-se o Torneio de ténis de mesa, com jogos que opuseram a ADFA à Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e ao Grupo Desportivo do Murtalense, entre outras instituições que participaram nesta jornada desportiva.

Os jogos de aquecimento e os que já contaram para as classificativas disputaram-se com grande equilíbrio entre os jogadores.

Um dos jogos mais renhidos disputou-se entre o associado Mata da Silva e João Martins, da APD, uma vez que foi o único jogo com três etapas, ficando desempatado com a vitória do campeão do ano passado, Mata da Silva.

"Foi duro e custou mais do que a própria final", afirmou o desportista da ADFA, referindo-se à qualidade do seu opositor.

Mata da Silva veio a defrontar João Domingos, também ele associado da ADFA, numa final que o primeiro venceu por dois "sets", ganhando por antecipação.

Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da DN, entregou os troféus aos vencedores e lembrou que "a Associação tem sempre as portas abertas a todos".

Pela tarde, familiares e amigos vieram fazer claque para a prova de remo "indoor", que contemplou várias modalidades, adaptadas aos diversos tipos de deficiências do atletas.

Da equipa da ADFA fizeram parte os associados Bento Raimundo, Xavier Zanamela, Manuel Garcia e Valdemar Monteiro, tendo remado todos com boa disposição e ao nível dos desportistas mais novos.

As classificações atribuíram o primeiro e segundo lugares em remo com banco fixo a Sara Livramento, da Liga Portuguesa de Deficientes Motores (LPDM) e a José Paulo, da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Profundos (APADP), respectivamente.

Na remada com banco móvel, Amílcar Mahala, da Associação Portuguesa de Pais dos Deficientes Autistas (APPDA) e Sónia Rocha, da LPDM, foram os vencedores, alcançando o primeiro os 1360 metros e a Segunda classificada os 867 metros em cinco minutos de prova.

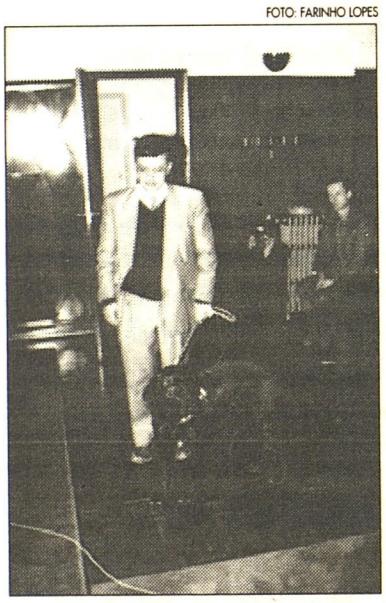
No final da tarde e depois da atribuição dos prémios, um lanche rematou as actividades, envolvendo pais e amigos, familiares e associados, em alegre confraternização. No pensamento comum ficou a ideia de que "no desporto, o que importa é conviver". •

R.V.

Escola Beira Aguieira

Cães guiam passos de cidadãos cegos

FOTO: FARINHO LOPES



Foi com emoção que os formadores Sabina Teixeira e Vítor Costa entregaram o primeiro cão-guia para cegos "Camila" a Augusto Hortas, no salão nobre da Câmara Municipal de Mortágua, no passado dia 10 de Fevereiro.

Aires Abrantes representou a Direcção Nacional da ADFA na cerimónia formal de entrega da cadela Retriever do Labrador, dois anos após a assinatura do protocolo de colaboração para o projecto que envolveu em parceria a Escola Beira Aguieira (EBA), a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Direcção Regional do Centro e a Câmara Municipal de Mortágua.

Camila vai servir de guia a Augusto Horta, cego desde os 16 anos, residente em Vila Franca de Xira, e não será o último cão-guia entregue para cumprir uma missão. Ana Paiva, que coordena o projecto, anunciou para breve a entrega de outros seis cães, agradecendo às famílias de acolhimento de Viseu, Porto, Soure, Coimbra, Mortágua e Carregal do Sal, a disponibilidade para receberem os animais com dois meses e meio de idade, durante um ano, para que estes se habituem ao ambiente e ao movimento. Após esse tempo, segue-se o treino fora das famílas de acolhimento e que vai proporcionar aos cães a capacidade de reagir aos cerca de 150 comandos que lhes são ensinados.

"Aproveitar para sensibilizar a sociedade para este projecto" é o objectivo de quem está envolvido no projecto que tem contado com o financiamento do "Projecto Horizon".

O treinamento de cada cão-guia custa cerca de dois mil contos e para que em Portugal passassem a existir formadores especializados nesta área, foi necessário enviar a um curso em França os alunos da EBA, Sabina Teixeira e Vítor Costa.

Vitorino Vieira Dias, secretário Nacional da Reabilitação, referiu que esta é mais uma etapa para a integração, considerando que estas práticas vão ajudar a construir os princípios da visibilidade, acessibilidade e empregabilidade, permitindo "maior autonomia e segurança" para os cidadãos cegos. •

Vieira Dias aludiu ainda à aprovação em Conselho de Ministros do diploma que garante aos cegos o direito de se fazerem acompanhar por um cão-guia, em locais que até hoje lhes foram interditos, como os restaurantes, as escolas e os transportes públicos, entre outros. A entrada em vigor deste novo diploma depende da sua publicação em Diário da República, que se espera para breve. Os cães-guia vão ser credenciados com um cartão, bem como as famílias de acolhimento. •

R.V.

Sede e Delegações

ADFA organiza torneio de Snooker

Como já foi noticiado no ELO de Setembro/Outubro de 1998, a ADFA vai levar a efeito o Primeiro Torneio de "Snooker" ("pool" bola 8), que irá ser disputado numa fase de qualificação, na Sede e delegações e numa fase final, na Sede, em Lisboa.

A fase de qualificação disputa-se nos dias 9, 10, 16 e 17 de Abril, e a final vai ter lugar no dia 29 de Maio.

Tal como previsto, este torneio vai ter um envolvimento nacional. Espera-se a colaboração de todas as delegações que tenham associados praticantes desta modalidade e que queiram aderir a este evento desportivo.

As delegações interessadas podem solicitar as regras oficiais e pedir esclarecimentos sobre a forma de disputa do torneio, através do Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (José Arruda ou colaborador Simão Roças), telefone (01) 7570422, extensão 214.

Os participantes da final, terão direito a alojamento na Quinta das Camélias (ex-EPAM) e a refeições no Bar-Restaurante da Sede.

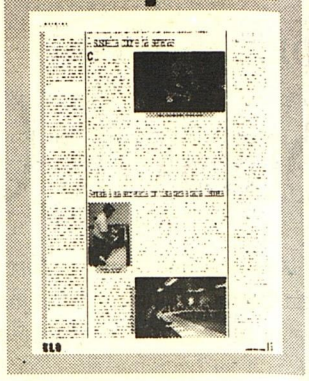
Os prémios para o 1.° e 2.° classificados são taças e troféus. Do 3.° ao 8.° classificados os prémios são medalhões classificativos. Os restantes participantes vão receber medalhas de participação.

A encerrar a prova, todos os participantes são convidados para um almoço-convívio.

As inscrições podem efectuar-se na Sede, até ao dia 26 de Março, pelas 15h00. Para os associados da ADFA e da ANDDEMOT e para os residentes no Lar Militar, a inscrição é grátis, custando 1000 escudos aos restantes participantes não associados. •

R.V.

Revista de Imprensa



24 HORAS
4 de Fevereiro de 1999

"O Conselho de Ministros deverá aprovar hoje um diploma que consagra o direito de acessibilidade dos deficientes visuais acompanhados de cães - guias a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, as condições a que devem obedecer esses animais."

CORREIO DA MANHÃ
8 de Fevereiro de 1999

"O sistema de recrutamento e os incentivos são peças-chave da nova lei do serviço militar, tendo em conta a profissionalização das Forças Armadas Portuguesas, que começa a ser debatida hoje na comissão parlamentar de defesa."

CORREIO DA MANHÃ
11 de Fevereiro de 1999

"Os comboios da CP-Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro vão garantir às pessoas com mobilidade condicionada, designadamente as portadoras de deficiências motoras e sensoriais, a máxima autonomia na utilização das estações e dos transportes ferroviários".

DIARIO DE NOTICIAS
15 de Fevereiro de 1999

"Os deficientes vão passar a ter direito a uma quota de 5% nas novas admissões para a administração pública, soube o DN de fonte oficial do Ministério do Trabalho e Solidariedade."

PÚBLICO
18 de Fevereiro de 1999

"A inclusão recente do termo "deficiência da função heterossexual" na Classificação Nacional de Deficiências "é um disparate completo", começa por dizer Afonso de Albuquerque, membro da direcção do Colégio de Psiquiatria da Ordem dos Médicos. "Só se justifica se alguém estava distraído."

24 HORAS
24 de Fevereiro de 1999

"A Criança Diferente, associação que se assume como organismo de defesa dos direitos dos meninos portadores de deficiência e das suas famílias, reagiu às recentes estatísticas do Ministério da Educação - que apresentam um aumento do número de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) no ensino regular de 68 por cento - e diz que «é impossível garantir uma escola inclusiva com tão grandes carências de professores: 70 por cento dos actuais docentes de apoio não têm especialização»".

24 HORAS
25 de Fevereiro de 1999

"«Dinamizar intervindo em rede» é um projecto do centro de Reabilitação Profissional da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPADM) que pretende ampliar as estratégias de integração. Criar uma bolsa de emprego na Internet, um manual de suporte dos programas formação profissional para promover um maior envolvimento das empresas na integração dos jovens deficientes mentais são alguns dos objectivos do projecto."

Relatório de Actividades e Contas da ADFA - 1998

INTRODUÇÃO

Ao efectuarmos um olhar retrospectivo sobre 1998 um facto se salienta entre todas as actividades e realizações levadas a cabo pela Associação:

Soubemos dialogar com o Poder Político até ao limite do bom senso e tolerância admissíveis.

No entanto, quando este diálogo tendia a eternizar-se fomos capazes ordeiramente de vir à praça pública mostrar claramente o nosso descontentamento e apelar à opinião pública para que nos fizessem justiça.

Esta lição da ADFA, volvidos que estão quase 25 anos após o final da Guerra Colonial, foi perfeitamente sentida e vivida pela sociedade portuguesa e pelos ex-combatentes em geral.

As manifestações de simpatia, compreensão e até de aplauso dos órgãos de comunicação social e dos cidadãos deste país não deixam lugar a dúvidas: a opinião pública é sensível aos nossos problemas e não esquecem ainda as terríveis marcas da Guerra Colonial, que atingiu toda uma geração de portugueses.

Esta conclusão é plena de significado e de responsabilidade.

Constitui a consciência adormecida nalguns casos, de muitos que sofrem em silêncio os traumas resultantes da guerra e não sabem ou não podem expressar-se.

Conseguimos alguns modestos resultados no domínio legislativo porque fomos capazes de mobilizar uma parte importante dos associados.

Não podemos desmobilizar e muito menos deixar-nos dúvidas por questões, aparentemente importantes, mas na realidade secundárias face aos objectivos primordiais da reivindicação legislativa.

Existem ainda situações graves, e atentatórias da dignidade de quem deu tudo pela sua Pátria, por resolver.

Vamos resolvê-las, mas com a união e coesão de todos os associados.

Temos também de preparar o futuro, com o avançar da idade. Se não lançarmos agora, enquanto temos força anímica para o fazer, as bases da nossa velhice, então amanhã poderá ser tarde para o fazer.

Daí um conjunto de acções a projectar que nos propomos materializar.

Consideramos que os governos têm a obrigação de legislar e criar as condições necessárias à igualdade de oportunidades para a integração plena na sociedade, das pessoas com deficiência, mas temos que reconhecer que o Estado não tem capacidade para tudo fazer.

Não podemos passar o resto da vida a clamar que o façam, temos de lançar nós mãos à obra, com o apoio dos poderes públicos.

Escolhemos os nossos dirigentes, livre e democraticamente. Há que apoiar dum modo critico a sua actuação.

Necessitamos todos de efectuar uma reflexão critica profunda sobre a ADFA e o que verdadeiramente desejamos neste quase virar do milénio.

A Direcção Nacional agradece a todos os associados a sua dedicação à causa dos deficientes militares deste País e reafirma-se disposta, com todos, a prosseguir esta dura caminhada em prol do reconhecimento que a Nação deve aqueles que cumpriram o dever cívico de servir nas Forças Armadas Portuguesas.

ACTIVIDADES INTERNAS

1 - Participação Associativa

No decorrer de 1998 continuam a ter lugar na Sede, nas últimas 6ª feiras de cada mês, as habituais reuniões com associados, promovidas pela Direcção Nacional.

O número de associados que compareceram a estas reuniões tem sido muito variável, consoante o desenrolar do processo de reivindicação legislativa.

Em Janeiro teve lugar nas instalações do CRPG na Aguda a primeira reunião de responsáveis e dirigentes associativos da ADFA a nível nacional.

Foram debatidos o Plano de Actividades e o Orçamento para 1998, a Política de Pessoal, os projectos de desenvolvimento futuros e a agenda dos grandes eventos a realizar a nível regional e local.

Em Fevereiro realizou-se a 1ª reunião de associados residentes no Barreiro e Conselhos limítrofes, promovida pela DN, na Quinta da Lomba. A reunião teve grande afluência e foi bastante participada pelos mais de cem associados presentes. Foi eleita nesta reunião a Comissão Instaladora do novo Núcleo nesta localidade.

Em Abril teve lugar em Coimbra a Assembleia Geral Ordinária da Associação, que teve elevada participação de associados de todos os pontos do País.

Foi decidido no decorrer desta Assembleia promover uma manifestação pública de desagrado pela excessiva demora na publicação de vários diplomas, discutidos no CCADFA e que mereceram parecer favorável do MDN. Uma vez terminada esta AGN, os associados presentes e suas famílias, desfilaram pelas ruas de Coimbra, até ao Monumento aos Heróis do Ultramar, onde foi efectuada uma breve cerimónia de homenagem e afirmada a necessidade de publicação dos diplomas há muito aguardados.

Ainda neste mês teve lugar o encontro associativo em Almada, com associados dos concelhos limítrofes, para debate da legislação e informação da DN.

Da reunião surgiu a Comissão Instaladora do novo Núcleo de Almada.

Neste mesmo mês foi iniciada a campanha de recolha de assinatura, para um abaixo assinado a enviar logo que possível, ao Senhor Presidente da República, no sentido de serem desbloqueados os projectos legislativos pendentes na Assembleia da República.

As comemorações do 24º Aniversário da ADFA em Santa Maria da Feira, na área da Delegação do Porto, iniciaram-se no dia 8 de Maio com uma Conferência de Imprensa na Câmara Municipal desta cidade, tendo-se prolongado até ao dia 17 de Maio. Foi realizado todo um conjunto de actividades culturais, desportivas e associativas que culminaram numa manifestação no dia 17, que reuniu mais de um milhar de associados num trajecto que atravessou as ruas da cidade. Foi de novo solicitado ao governo que publicassem os diplomas legislativos, "esquecidos" na Secretaria de Estado do Orçamento.

Mais tarde, num almoço realizado no Europarque desta cidade, na presença das autoridades locais e regionais e de mais de 1200 associados e familiares, foram reiteradas as posições da ADFA no domínio legislativo.

Estas acções contribuíram certamente para que os diplomas em causa, fossem aprovados no Conselho de Ministros do dia 25 de Junho, sendo publicados no Diário da República em Agosto de 1998.

A inauguração das novas instalações de Famalicão e de Faro, constituem também oportunidades para grandes concentrações e convívios associativos dos associados destas Delegações.

No decorrer do ano de 1998, efectuaram-se um pouco por todo o País, mas muito especialmente nas áreas das Delegações do Porto, Famalicão, Viseu e Bragança a inúmeras reuniões e convívios descentralizados com associados e suas famílias.

Esta nova postura associativa, que tem dado os seus frutos no desenvolvimento e difusão da informação, tem conduzido a um amplo diálogo entre dirigentes associativos e bases.

Em todas as Delegações, as comemorações dos seus respectivos aniversários, constituíram ocasiões para encontro de associados, debate de problemas e convívio.

O mesmo se passou, de Bragança a Ponta Delgada durante as tradicionais festas de natal.

Embora seja de certo modo quase impossível, descrever exaustivamente todas as actividades associativas realizadas pela ADFA em todo o País, pensamos que a breve descrição aqui apresentada dá uma ideia da grande dinâmica imprimida a todo o conjunto nacional, com os consequentes reflexos na mobilização e participação de muitos associados nos objectivos estatutários que nos propomos concretizar.

2 - Serviços da Sede

O esforço para melhorar os serviços da Sede, de modo a proporcionar melhores condições de atendimento aos associados, prosseguiu no decorrer de 1998.

O Departamento de Apoio aos Associados (DAS) foi reforçado com uma nova jurista, tendo os serviços de Informática encetado um novo modelo para apresentação e consulta dos elementos constantes da base de dados biográficos. A linguagem de programação foi mudada para "Access" de modo a flexibilizar a utilização pelos operadores.

Registou-se um incremento notável dos utentes destes serviços, não só por parte dos associados da área de Lisboa, mas também das Delegações.

O serviço de Acção Social (SAS), integrado neste sector em 1997, foi de novo separado por razões de ordem operacional, mas sem prejudicar a necessária ligação do conjunto destes serviços afins.

Na área da gestão, o esforço efectuado para garantir o funcionamento regular e controlado de todas as actividades desenvolvidas foi muito grande.

Se atentarmos no aumento de serviços prestado aos utentes para a utilização do cartão Galp Frota, dos serviços do Bar-Restaurante, do serviço de vendas da ADFACAR, da própria Formação Profissional, do esforço de investimento na antiga Escola Prática de Administração Militar e da modernização da Tipografia-Escola (novo serviço de foto-composição) entre outras actividades, poderemos avaliar bem o incremento de funções e de responsabilidade desta área de serviços.

Foram adoptadas as primeiras medidas necessárias à constituição de um Departamento de Reabilitação, que irá agrupar numa primeira fase, o Serviço Social, a Clinica e o Despiste e Tratamento do "Stress de Guerra" e a Formação Profissional.

Os serviços do Jornal ELO sofreram alterações significativas em termos de pessoal e do próprio sistema de apoio administrativo, tendo havido uma inflexão do conteúdo do jornal mais dirigida para os aspectos internos e associativos.

2.1 - Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS)

Este gabinete que tem como coordenador um associado em regime de voluntariado e duas secretárias, assegura a grande maioria dos contactos externos da Associação. A ligação às Delegações, Núcleos, a recepção, abertura e distribuição da correspondência recebida e o apoio a todas as reuniões de carácter estatutário estão também a seu cargo.

A quase totalidade da documentação e correspondência dos Órgãos Sociais da ADFA são elaboradas e expedidas pelo GOS.

Pensamos que é de realçar a inteira participação deste serviço na maior parte dos eventos associativos, culturais e desportivos da Associação, quer intervindo directamente na organização, quer apoiando os restantes serviços envolvidos nestas acções.

2.2 - Gestão e funcionamento

Durante o ano de 1998 continuou o trabalho de implementação dos centros de custos e de inventariação de todo o património da ADFA.

Pela primeira vez desde há vários anos, vamos poder dispor do levantamento completo, devidamente valorizado, do material e artigos de apetrechamento existentes na Sede.

O desenvolvimento e correcção do "software" necessário a estas operações tem sido uma preocupação constante, de modo a conseguir-se a desejada uniformização de critérios e a integração de todas as unidades que constituem o Património da Associação.

Os procedimentos contabilistico-administrativos e operacionais têm sido progressivamente melhorados, passando a ser adoptados critérios definidos em reuniões dos chefes de serviço, sob a coordenação da Direcção Nacional.

Todo o esforço tem sido dirigido no sentido de criar condições para que um conjunto de responsáveis pelos serviços, possam assegurar o funcionamento da Sede e das actividades centralizadas da Delegações, dum modo estável e independente das vicissitudes associativas.

O objectivo continua a ser o de procurar libertar a DN das actividades correntes de gestão, de modo a permitir que este órgão executivo se dedique em exclusivo à acção externa e às grandes linhas políticas de actuação, dentro dos princípios consagrados nos Estatutos.

Pensamos que se deram passos importantes neste sentido, deixando progressivamente de ser presentes à Direcção a resolução de questões do quotidiano da Associação.

É importante referir que prosseguiu o esforço de preparação do pessoal técnico para novas tarefas, através de acções de formação externas.

2.3 - Património

Neste sector de apoio foram introduzidas algumas alterações importantes na nível da Sede, que se traduziram num maior controlo e regularização dos serviços.

Foi contratado um novo técnico chefe de serviço e remodelado por completo o serviço de limpezas e de vigilância.

A vigilância foi entregue a uma empresa especializada, tendo melhorado em termos significativos a qualidade dos serviços prestados.

O controlo de viaturas entrou praticamente em regime de rotina, tendo sido acrescido o parque automóvel ao dispor da ADFA, através da oferta de várias unidades pelo Estado.

Apesar destes acréscimos as reclamações surgidas diminuíram substancialmente.

A Direcção deixou praticamente de estar absorvida por estas questões relativas ao funcionamento interno dos serviços de apoio.

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1998

Efectuou-se também a mudança da central telefónica e introduziram-se alterações no seu funcionamento, de modo a permitir exercer o controlo adequado das comunicações externas da ADFA.

Prevemos que num futuro próximo, será possível introduzir a componente informática no sistema, mas para tal será necessário estabelecer as novas comunicações com a parcela da EPAM, recentemente cedida à ADFA.

Aliás estas instalações que passaremos a designar pelo seu nome anterior de Quinta das Camélias, foram alvo de especial atenção por parte do Serviço de Património.

Procedeu-se a reparações e beneficiação urgentes, de modo a travar a degradação das estruturas que se encontravam desocupadas.

Graças a estes esforços foi possível tornar habitáveis parte dos alojamentos, já utilizados a titulo temporário por vários dirigentes associativos e associados que se deslocaram a Lisboa em serviço.

A maioria dos equipamentos e mobiliário instalado foram cedidos à ADFA, sem encargos, por várias empresas privadas.

Foi ainda realizado um elevado esforço financeiro na aquisição das actuais instalações do Porto e nas novas instalações da Delegação de Famalicão.

2.4 - Actividades Económicas

A actividade da ADFACAR continua em bom ritmo.

Foram estabelecidos vários protocolos de colaboração com concessionários de diversas marcas de viaturas, o que permitiu alargar o leque de ofertas e consequentemente de vendas. Os termos dos contratos comerciais foram respeitados, sendo assegurados aos associados todo o apoio na documentação e actos administrativos inerentes à mesma.

A Associação passou a estabelecer regras claras e transparentes neste sector, tendo auferido lucros com esta actividade e prestando simultaneamente um serviço aos associados a nível nacional.

O serviço GALP/FROTA/ADFA expandiu-se tanto a nível de número de utilizadores, como no que se refere às quantidades de combustível vendidas. Esta actividade está centralizada na Sede, envolve meios de controlo informático importantes e funcionamento, dum modo geral, com agrado de todos os associados.

Pensamos que é chegada a ocasião de proceder a uma renegociação do contrato existente, de modo a permitir racionalizar os procedimentos administrativos, alargá-lo se for possível às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e melhorar as condições de custo na aquisição dos vários tipos de combustível.

Entrou em funcionamento no Gabinete do Audio Visual um laboratório de revelação a preto e branco, que embora ainda pouco divulgado, já foi utilizado por vários associados, especialmente na duplicação de fotografias antigas e/ou reprodução de outras em escalas diferentes do original.

Aliás este serviço continuou, em ligação com o Jornal ELO, a efectuar a cobertura fotográfica e vídeo de todos os acontecimentos ligados à vida da Associação.

Foi realizado um grande esforço financeiro no sentido de dotar este serviço dos equipamentos necessários à realização das suas tarefas e organizando o arquivo fotográfico existente da ADFA.

No domínio da cooperação internacional foi constituída formalmente a firma "Miraforma" e nomeados dois representantes da ADFA para a sua Gerência.

Pretende-se dar corpo aos projectos de recuperação e/ou restruturação de empresas desactivadas que o Governo de Angola doou à Associação de Militares Mutilados e Inválidos da Guerra de Angola (AMMIGA).

As entidades financiadoras são o Governo Angolano, o Governo Português e a União Europeia.

A outro nível, mas tendo como objectivo o mesmo grupo alvo - deficientes mutilados de guerra - conseguiu-se o engajamento da FMAC, que através do seu Boletim "Programme Unit", deu a conhecer a todas as associações membro o Projecto "Novo Rumo".

Trata-se da resposta a um desafio feito pelo Governo Português e ADFA e ao qual estamos a corresponder.

São intervenientes, além dos Governos dos dois Países, a FMAC, a AMMIGA e a ADFA (gestora do projecto) e a UE, essencialmente no que respeita a apoio financeiro.

O projecto que pretende apoiar o processo de desmobilização, intervindo na reabilitação e reinserção dos militares mutilados provenientes de todo o território procurará enquadrar-se e estimular a política de reabilitação física e profissional, articulando-o com as iniciativas dos Ministérios de Saúde, do Trabalho, da Segurança Social e da Reinserção Social / IRSEM bem como de ONG'S (GTZ, Handicap International e CICV).

O nosso envolvimento no sector da cooperação cria assim condições para desenvolvimentos futuros, dentro do espirito de abertura e solidariedade com os novos países africanos de expressão portuguesa.

O eclodir da guerra civil na República da Guiné Bissau, impediu o desenvolvimento duma possível acção de cooperação neste pais, a pedido do governo local.

Esperamos que a Paz e a estabilidade política voltem a existir, para podermos reequacionar o projecto do centro de reabilitação em Brá.

Na região autónoma dos Açores devido à impossibilidade de utilizar parte das instalações do antigo Hospital de Ponta Delgada, foi necessário solicitar a cedência do antigo quartel da Grotinha, para podermos implementar o projecto de instalação de um Centro de Reabilitação e fabrico de próteses no local.

Aguardamos actualmente que o MDN proceda à cedência destas antigas instalações militares, para reactivar o processo iniciado em 1997, que tiveram o apoio do Governo Regional dos Açores e, tanto quanto sabemos, do próprio Ministério da Defesa Nacional.

2.5 - Tipografia-Escola

Esta unidade produtiva da Associação continuou a sua laboração, pese embora o facto das condições ligadas às suas instalações não serem as melhores.

Depois de uma procura incessante de novo local para a sua implantação, surgiram finalmente algumas possibilidades concretas através da cedência e aquisição de parte das instalações da antiga Escola Prática de Administração Militar.

Logo que tivemos conhecimento desta noticia, solicitamos autorização para tomar conta dos complexos de modo a evitar a sua degradação e assinalarmos presença, através de uma série de acções que conduziram ao acto de entrega provisória feito pela Região Militar de Lisboa em 9 de Dezembro de 1998.

Temos já encomendado um estudo de arquitectura em fase de projecto prévio, onde as novas instalações da Tipografia-Escola ocupam lugar importante, constituindo a primeira fase das novas construções.

Paralelamente iniciamos um novo curso de Artes Gráficas, na sua componente de Foto-composição, em colaboração com a Formação Profissional, de modo a prepararmos o Núcleo do que virá a ser no próximo ano, a abertura da Tipografia ás novas tecnologias.

O esforço da conquista de novos nichos do mercado continuou e a nossa Tipografia, graças ao esforço das quinze pessoas que lá trabalham, alcançou um nível de facturação bruta de cerca de cento e cinquenta mil contos.

Como todos sabemos, os lucros desta actividade, são aplicados nas actividades sociais da Associação.

É nossa intenção arrancar com as obras de construção do novo edifício destinado a esta actividade, logo que seja formalizado o auto de cessão de parte da antiga EPAM.

Enquanto se procedia a estas diligências, solicitamos autorização ao Conselho Nacional para se proceder à futura transformação da unidade em empresa.

De facto temos de reconhecer que a situação actual e o seu previsível desenvolvimento futuro, implicam necessariamente a sua separação de um órgão de gestão de carácter eminentemente associativo e a sua inclusão numa estrutura de carácter global.

2.6 - Departamento de Reabilitação

A reabilitação tem carácter global e inclui várias vertentes da médica, à ocupacional e de formação profissional, até à técnica e assistencial. Contamos incluir no próximo ano a componente orto-protésica e a equipa de orientação sócio-cultural de carácter geral.

2.6.1 - Serviços Clínicos

Os Serviços Clínicos da ADFA ou clinica como é vulgarmente designada, atingiram o seu estádio de desenvolvimento pleno no decurso de 1997 e desenvolveu-se em termos de qualidade e volume de utentes em 1998.

Sem nos alargarmos em termos de dados estatísticos, diremos que em valores absolutos o número de actos médicos subiu de 5749, em 1997, para 8588 em 1998.

O número de especialidades passou de dez para onze e registou-se um significativo aumento de utentes nas áreas da Fisioterapia e Clinica Geral.

Em finais deste ano conseguimos finalmente, iniciar a Terapia de Grupo, (Stress de Guerra) com um primeiro grupo acompanhado por três técnicos psiquiatras, cabendo a responsabilidade do mesmo ao Dr. Afonso de Albuquerque.

Esta acção integrada no conjunto de medidas que a Associação tem desenvolvido em prol dos associados e ex-combatentes afectados por esta doença, teve o seu reinicio na segunda metade de 1995 e obrigou a um período de formação de pessoal técnico, modificação de mentalidades e progressivo reconhecimento interno da necessidade de despiste e tratamento dos indivíduos potencialmente portadores da Perturbação Pós Stress Traumática (vulgo Stress de Guerra).

O desenvolvimento da Clinica obrigou a um esforço de apoio em termos de gestão administrativa e financeira. Foram celebrados protocolos com as diferentes áreas das ADM, que absorveram empenho, tempo e energias consideráveis.

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª -13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. Monteiro Ferreira
2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 18H00 (quinzenal)

GASTRENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.as - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA
técnico: Luis Sampaio
Todos os dias das 9H00 às 14H00
e das 14H30 às 15H30

ANÁLISES CLÍNICAS
6ª feira- 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
especialista: Cmdt Araújo de Brito
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
Dr. José Eduardo Simões Antunes
3ª e 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Maria

SERVIÇO PROTÉSICO
técnico de próteses dentárias: Dr. Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00
Marcações:
Carla Fernandes

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
Drª. Ana Pereira
2ª e 4ª feira até às 17H00
Marcações: com a própria

SECRETARIA/ATENDIMENTO
(Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00
Sábado das 11H00 às 17H00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
que façam as marcações das consultas, com
antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1998

Foi também necessário corrigir situações pontuais de contratos celebrados com alguns Técnicos de Saúde e contratos de manutenção dos próprios equipamentos.

O software especifico do sector foi corrigido e actualizado.

A área de prestação destes serviços alargou-se a algumas delegações, tendo havido casos de utentes das Regiões Autónomas e outros dos mais diversos pontos do País.

Iniciaram-se os primeiros contactos para a criação de uma unidade idêntica nas Delegações do Porto e Famalicão foi fornecido o apoio de gestão baseado na experiência da Sede para a sua futura concretização.

A reacção dos associados a esta iniciativa não deixa, segundo pensamos, lugar a dúvidas. É necessário continuar com equilíbrio e prudência, face aos recursos disponíveis, sem nunca esquecer que compete ao Estado o fornecimento de cuidados médicos.

A nossa intervenção neste sector, surge apenas por manifesta incapacidade dos Serviços Médicos Militares e tem carácter de complementaridade.

2.6.2 - Serviço de Acção Social

O funcionamento deste serviço sofreu algumas vicissitudes no decorrer de 1998.

Registou-se uma experiência falhada com a integração do serviço no Departamento de Apoio aos Associados.

Houve relacionamentos difíceis e falta de sensibilidade para algumas situações, apesar de no seu conjunto ter havido a preocupação de atender e resolver a maioria dos casos concretos.

A experiência de manter um grupo de voluntários na dependência da Técnica de Serviço Social, ocupados nas visitas hospitalares e na primeira fase de atendimento, não foi bem sucedida.

Em Setembro e após a admissão de uma nova Técnica, a situação voltou à normalidade, desligando-se este serviço do DAS e integrando-o no Departamento de Reabilitação.

Pela análise estatística das quase duas centenas de intervenções e pedidos de apoio surgidos nesta área, tudo indica que a Saúde, seguido de circunstâncias de carácter habitacional e económico, são as causas principais que levam os associados a recorrer a estes serviços.

A actividade externa da Técnica de Serviço Social é muitas vezes dirigida às Instituições e Entidades de carácter assistencial e prestações de cuidados de saúde.

O acompanhamento das situações dos internados nos Hospitais Militares e dos acamados, merece especial destaque e absorve muito do tempo dos serviços.

Pensamos que estas acções deveriam merecer um acompanhamento especial a nível nacional e estamos a preparar condições para a sua concretização, que não dispensa mas complementa a tarefa exercida pelos funcionários e dirigentes associativos em todo o País.

Urge cada vez mais, sair das instalações da ADFA e visitar acompanhando as situações dos associados nos locais onde vivem.

2.6.3 - Formação Profissional

No decorrer deste ano foram ministrados dois cursos de Formação Profissional e feito acompanhamento dos estagiários dos cursos do ano anterior.

Quer no caso do curso de Escritório Electrónico, quer no das Artes Gráficas - foto-composição, a percentagem de associados é diminuta (cerca de 10%).

Os formandos são na sua esmagadora maioria jovens com elevadas percentagens de incapacidade motora ou sensorial.

Curiosamente a taxa de êxito nas colocações no mercado de trabalho aumentou, havendo até presentemente várias empresas e instituições oficiais que contactam regularmente a ADFA para colocação de estagiários.

A qualidade de formação ministrada e o acompanhamento posterior realizado é de reconhecida qualidade, tanto pelo IEFP como por parte das entidades empregadoras.

Os formandos têm colaborado nalgumas tarefas realizadas pela representação externa da ADFA, desde exposições a espaços ocupados pela Associação em Feiras, Exposições e Montras Temáticas respeitante à Formação Profissional e Actividades afins.

2.7 - Gabinete de Estudos

Este gabinete continuou a sua actividade no respeitante à recolha e organização da documentação referente à temática da Reabilitação.

Não foi possível ainda desenvolver e coordenar o trabalho da Técnica em serviço nesta área, como desejaríamos.

2.8 - Jornal ELO

O Jornal ELO sofreu alterações radicais, deixando de ser um jornal temático para o público em geral, voltando-se ao modelo associativo anterior.

Verificaram-se alterações no editor, jornalista e gráfico.

O respectivo Regulamento Redactorial foi revisto e actualizado.

Foram actualizadas e melhoradas as bases de dados de assinantes e implementada a angariação de publicidade, facturação e controlo de pagamentos.

Continuou o trabalho de elaboração e distribuição mensal do Elo sonoro. A tiragem do jornal manteve-se praticamente na ordem dos 9.500 exemplares mensais.

A colaboração dos associados no jornal, manteve-se ou ampliou-se em certos casos.

A inclusão da página das alterações legislativas parece ter sido do agrado geral dos associados.

A rede informática ao dispor do ELO foi melhorada e actualizada. Apesar destes factos pensamos que há ainda muito a fazer no aspecto gráfico, que vai ser melhorado.

2.9 - Departamento de Dinamização Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo

Este Departamento foi criado com a finalidade de dinamizar a participação associativa do associado na vida da ADFA.

Pensamos que tal foi conseguido, pelo menos parcialmente e graças à colaboração voluntária de um grupo de associados empenhados nesta tarefa.

Tentou-se também exercer algum planeamento e coordenação nas acções realizadas um pouco por todo o País, pelas Delegações e Núcleos.

Procurou-se, na maioria das acções o envolvimento das famílias dos associados, havendo para tal realizações especificas.

Do conjunto dos eventos que decorreram ao longo do ano destacou-se pelo seu impacto interno e externo, o concerto realizado no Lar Militar em Abril, a Exposição de Pintura na Sede, em Junho, subordinada ao Tema "Guerra e Paz", as comemorações do aniversário do Jornal ELO em Novembro, não esquecendo o espectáculo com o coro de Santo Amaro de Oeiras em Outubro em Alcobaça.

No domínio do desporto realizaram-se encontros e Jornadas de prática de natação, ciclismo, ténis de mesa, futebol de 5 e remo "Indoor".

3 - Serviço de Apoio Informático

No inicio do ano foi contratado um engenheiro informático com formação em Hardware e Software.

Foi iniciado o trabalho de reconversão da base de dados, para "Access", reformulada a apresentação visual dos ecrans e introduzido um menu de mais fácil utilização para o operador.

Foram remodeladas várias redes parcelares de modo a permitir a racionalização a utilização dos equipamentos e efectuado o "up-grade" de vários postos de trabalho de modo a flexibilizar o seu funcionamento.

Foi actualizada e remodelada a rede utilizada pelos formadores na Formação Profissional e instalados novos sistemas operativos.

A tarefa prioritária na Sede para além da remodelação da rede interna é a melhoria da base de dados utilizada pela Secretaria e serviços afins.

O serviço de informática apoiou ainda a cobrança de quotas por transferência bancária e as cobranças resultantes da utilização dos cartões Galp.

4 - Pessoal

No decurso de 1998, foram admitidos vários quadros técnicos, que vieram de certo modo colmatar necessidades existentes no bom funcionamento dos serviços.

A Direcção Nacional prosseguiu a política de recrutamento, baseada em critérios fiáveis e de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

Em obediência aos princípios programáticos apresentados no seu programa eleitoral, continuamos a tarefa de rejuvenescer os quadros da Associação e dotá-los com pessoas com preparação técnica e cultural adequada ao desenvolvimento e novos projectos que nos propomos realizar.

A nossa idade e a evolução contínua dos conhecimentos não se compadecem com amadorismo rotineiros.

Esta política tem causado alguns contratempos e dissabores, mas dentro da obediência ao quadro legal em vigor e com o respeito que nos merecem os que trabalham para a ADFA, iremos prossegui-la para bem da Associação.

5 - Departamento de Apoio aos Sócios (DAS)

Este serviço que engloba o Gabinete Jurídico e a Secretaria/Atendimento, atende em média por dia cerca de 30/40 pessoas.

O volume de solicitações aumentou significativamente durante 1998, quer no Gabinete Jurídico quer na Secretaria.

Em relação ao primeiro, o número de intervenções em Tribunal, os recursos, bem como as alegações aumentaram talvez devido á nova legislação recentemente surgida.

As consultas marcadas ao advogado também aumentaram, enquanto na Secretaria os pedidos para trocar de cartões das ADM, GALP e outros sofreram um notável incremento.

Quase todas as Delegações recorrem ao DAS, para esclarecimento de dúvidas de interpretação da legislação, problemas administrativos diversos, requerimentos e outras questões.

No final do ano existiam cerca de 95 processos em Tribunal e outras Instâncias, facto que só por si demonstra o grande volume de trabalho existente.

A cobrança de quotas directamente ao balcão alcançou o valor de mais de dez mil contos, enquanto a organização de processo de candidatos a associados, conduziu à posterior admissão de 306 novos associados.

Actividades Externas

1 - Representações e Entrevistas

O Ministro da Defesa Nacional recebeu a Direcção Nacional da ADFA, em Janeiro de 1998, para tratar de assuntos relacionados com a legislação, reinstalação da Tipografia-Escola e orçamento da Associação.

Em Fevereiro o Vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, Dr Carlos Encarnação, visitou a Sede e teve uma reunião de trabalho com a Direcção Nacional sobre projectos legislativos da iniciativa deste grupo parlamentar.

A ADFA fez-se representar no dia 9 de Abril nas cerimónias do Dia do Combatente na Batalha, promovida pela Liga dos Combatentes, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa.

A Direcção Nacional foi ainda recebida neste mesmo mês, pelo Chefe da Casa Militar do Presidente da República, para apresentação de questões relacionadas com os diplomas legislativos em discussão no MDN.

À medida que a ADFA aumentava a pressão para que os diplomas legislativos retidos na Secretaria de Estado do Orçamento fossem aprovados pelo Governo, a DN voltou a ser recebida pelo Ministro da Defesa em Maio.

Na altura foi levantada a questão dos Grandes Deficientes sem Pensão como um dos objectivos prioritários a alcançar.

Em Junho a Exposição Colectiva de Pintura na Sede foi inaugurada com a presença dos Secretários de Estado da Defesa e do Orçamento.

Em Outubro a DN foi recebida pela Comissão Parlamentar da Defesa para apresentação das grandes questões que nos preocupam, desde a falta de legislação adequada aos grandes deficientes sem pensão até às implicações decorrentes da publicação do Decreto-Lei 134/97.

Ainda em Outubro na inauguração das novas instalações em Faro, esteve presente o Secretário de Estado da Inserção Social.

A Associação esteve representada nas comemorações Nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que tiveram lugar em inícios de Dezembro em Tomar, com a presença do Ministro da Solidariedade e Segurança Social e do Secretario Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

2 - Estratégia Legislativa

No seguimento das questões legislativas apresentadas pela ADFA, nas entrevistas com os responsáveis pelo Governo e no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, conseguimos que fossem publicados três diplomas em Agosto de 1998.

Estes diplomas dizem respeito á pensões para as viúvas dos Deficientes Militares falecidos, à Acumulação da Pensão de Invalidez com a Pensão de Aposentação para os deficientes em serviço na composição das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações (respectivamente os DL nºs 240 e 241/98 de 7 de Agosto e 248/98 de 11 de Agosto).

Não pode haver dúvidas que este facto só foi conseguido, graças á grande mobilização dos associados de todo o País, aos esforços de todas as Delegações junto do poder local e acima de tudo ás duas manifestações que ocorreram em Coimbra (Março) e Santa Maria da Feira (Maio).

Cumpriu-se a vontade dos associados.

Infelizmente os diplomas não corresponderam às nossas expectativas. A maior divergência respeita ao artº 7 do DL 240.

Mantém-se a impossibilidade dos deficientes em serviço poderem recorrer a nova Junta Médica por agravamento, decorridos 10 anos após a última Junta da Caixa Geral de Aposentações.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1998

Não concordamos e não desistimos desta pretensão.

Como assuntos prioritários, continua por resolver, a situação dos grandes deficientes sem pensão, a quem o poder político continua a designar de acidentes e/ou doenças sem "Nexo de Causalidade", o que impossibilitou até ao momento a assunção de uma solução legislativa, justa e equilibrada.

Ficou também por resolver a publicação de legislação do Distúrbio Pós Stress Traumático (vulgo Stress de Guerra) nas Tabelas Nacionais de Incapacidades e a criação de uma rede nacional de despiste e tratamento dos ex-combatentes e deficientes afectados por este distúrbio.

Pensamos que estas situações prioritária serão resolvidas no corrente ano, mas será necessário mobilizarmo-nos novamente para atingirmos estes objectivos.

A par destas situações continuam igualmente sem resposta a questão da contagem do "tempo de serviço" para efeitos de aposentação, em relação ao trabalho prestado antes do serviço militar, não esquecendo a isenção de propinas, as taxas moderadoras em relação à assistência médica gratuita e a proposta de isenção do Imposto Automóvel.

Continuamos a exigir a aplicação correcta do Acordão nº 563/96 do Tribunal Constitucional de 16 de Maio tendo em conta que a publicação e aplicação do DL 134/97, criou maiores injustiças do que as que pretendia resolver.

Este esforço de acompanhamento e contestação da legislação é permanente e exige uma grande atenção.

Vamos continuar para além de 1998 com a nossa determinação e vontade de ver alargados os direitos dos associados.

3 - Intervenção na Política Nacional de Reabilitação

A nossa intervenção no âmbito do Conselho Nacional para a Reabilitação e Reintegração das Pessoas com Deficiência tem sido marcante e merecido o apoio das Associações representadas.

Participamos activamente no grupo de trabalho constituído para análise do Projecto-Lei sobre as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD), em que apresentamos algumas propostas de alterações, que foram bem acolhidas pela SNR e restantes membros da Comissão.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, não tem tido, no nosso entender, a intervenção que devia e podia desempenhar, num maior apoio às organizações de pessoas com deficiência, embora se note alguma melhoria em relação ao passado.

A actividade do Secretariado Nacional de Reabilitação tem sido pobre e pouco significativa.

De qualquer modo temos estado disponíveis para a participação e temos cultivado com a Independência que nos caracteriza, um relacionamento saudável com todas as Associações de e para Deficientes deste País.

Temos procurado estar presentes em todas as reuniões, debates, seminários e eventos organizados pelas diversas Associações e colaboradores nas iniciativas por eles promovidas.

A Associação tem também estado presente no Conselho Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência (CMIPD) e em todas as suas comissões especializadas.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

A situação do enquadramento jurídico deste Centro continua ainda por resolver, apesar das reuniões e contactos entre a ADFA, a CERCIGAIA e o IEFP.

Não restam dúvidas que esta instituição é modelo a nível nacional e a para além fronteiras.

A situação existente não deverá continuar, sob risco de causar sérias implicações no seu funcionamento.

A DN da ADFA tem efectuado todos os esforços em conjunto com o nosso representante no Centro e com o Director, para que a situação seja resolvida, o que só poderá acontecer desde que haja vontade política de o efectivar, já demostrada pelo Secretário de Estado do Emprego, mas ao que os serviços ainda não conseguiram dar resposta.

Pensamos que sob o ponto de vista estatístico, bastará fazer uma rápida leitura do Relatório de Actividades do CRPG para se avaliar a enorme importância que a Instituição possui a nível nacional.

Esperamos pois que o ano de 1999 traga a resolução eficaz desta situação que se arrasta há demasiado tempo.

4 - Intervenção Internacional

A ADFA esteve presente na primeira Conferência Internacional sobre os efeitos Psicossociais das guerras , que teve lugar em Dubrovnik na Croácia de 26 a 30 de Abril de 1998.

Esta Conferência organizada pela FMAC, foi de grande importância não só pela presença de espectadores de grande renome, mas também pela presença de cerca de 250 participantes de 60 países.

A questão do Stress de Guerra, foi amplamente debatida e apresentados os últimos desenvolvimentos científicos em termos de despiste e tratamento desta doença.

O relatório referente a este evento foi divulgado por todas as Delegações e MDN.

Posteriormente em Junho, o responsável pelo Gabinete coordenador da FMAC para cooperação, Senhor Christian Provoost, esteve em Portugal e deslocou-se a Angola com o representante da ADFA e o Director do CRPG, para avaliar as possibilidades de cooperação da Federação Mundial dos Ex-Combatentes e Vitimas de Guerra no Projecto Novo Rumo.

Finalmente na Catânia, Sicília, em Dezembro de 1998, teve lugar 2ª Conferência Internacional sobre a Paz e Segurança no Mediterrâneo.

A Associação esteve representada e tomou posições muito claras a favor da paz e do diálogo para a resolução dos conflitos Norte-Sul.

Fizemos parte da Comissão que redigiu o comunicado final desta Conferencia e estivemos englobados numa proposta da Federação Financeira que pretende organizar uma missão de observação na Argélia, dado os graves acontecimentos que se verificam neste País.

DELEGAÇÕES

Durante 1998, foi realizado um grande esforço no sentido de apoiar todas as actividades desenvolvidas pelas Delegações.

Para a dimensão verdadeiramente nacional da ADFA, muito contribuíram as comemorações do 24º Aniversário da Associação, realizados nas áreas da Delegação do Porto, em Santa Maria da Feira.

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. contos)
SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1998	1997	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	18.047	15.368	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	61.853	56.874
		18.047	15.368			61.853	56.874
62	Fornecimentos e Serviços Externos	118.963	115.545				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	66.212	68.463	73	Proveitos Suplementares	55	0
645	Encargos Sociais	9.326	8.038	74	Subsídios à Exploração	141.894	72.000
				76	Outros Proveitos Operacionais	47.304	42.849
		194.501	192.046		Quotização	20.017	22.287
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	19.812	24.225				
67	**Provisões**		246			209.270	137.136
		19.812	24.225	77	Subsídios		65.824
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	767	2.913
63	**Impostos**	157	22			767	2.913
65	Outros Custos Operacionais	21.442	12.018				
	Dotações às Delegações	16.110	15.829				
		37.709	27.869				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	921	4.870
68	**Custos Financeiros**						
	Juros de Serviços Bancários	563	602				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	776	2.620				
88	Resultado Líquido do Exercício	1.403	4.887				
	TOTAL DO DÉBITO	**272.811**	**267.617**		**TOTAL DO CRÉDITO**	**272.811**	**267.617**

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos)
SEDE + DELEGAÇÕES

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1998	1997	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	26.862	25.169	71	Vendas de Mercadorias	1.381	1.624
				72	Prestação de Serviços	75.668	71.273
		26.862	25.169			77.049	72.897
62	Fornecimentos e Serviços Externos	143.052	137.107				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	98.359	97.556	73	Proveitos Suplementares	620	507
645	Encargos Sociais	13.908	12.429	74	Subsídios à Exploração	145.577	76.858
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		255.319	247.092		Quotização	56.520	56.431
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	28.259	31.860		Outros Proveitos	53.599	47.631
67	**Provisões**	0	246			256.316	181.427
		28.529	32.106				
				77	Subsídios	0	65.824
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	**Impostos**	290	67		Outros Juros e Proveitos Similares	1.383	3.584
65	Outros Custos Operacionais	27.200	15.911				
						1.383	3.584
		27.490	15.978				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	12.928	6.458
68	**Custos Financeiros**	579	618				
	Juros de Serviços Bancários	579	618				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.884	2.986				
88	Resultado Líquido do Exercício	7.013	6.241				
	TOTAL DO DÉBITO	**347.676**	**330.190**		**TOTAL DO CRÉDITO**	**347.676**	**330.190**

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
BALANÇO—SEDE (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1998 ACTIVO BRUTO	1998 AMORTIZ. E PROVIS.	1998 LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações Financeiras	600		600	
411	Partes de Capital	600	0	600	
	Imobilizações Corpóreas				
422	Edifícios e Outras Construções	578.741	35.440	543.301	543.301
423	Equipamento Básico	13.311	13.244	67	11.198
424	Equipamento de Transporte	9.879	8.332	1.547	2.992
425	Ferramentas e Utensílios	1.777	834	943	927
426	Equipamento Administrativo	76.480	43.683	32.797	21.061
429	Outras Imobilizaçes Corpóreas	7.709	7.709	0	5.765
441	Imobilizações em Curso	14.351	0	14.351	11.551
		702.848	109.242	593.606	596.795
	CIRCULANTE				
31	Existências	0		0	
36	Matérias Primas, Subsidiárias				
	e de Consumo	562		562	448
35	Produtos e Trabalhos em Curso				
33	Produtos Acabados e Intermédios				
	Mercadorias	374		374	585
		936		936	1.033
	DIVIDAS DE TERCEIROS				
	CURTO PRAZO				
211	Clientes-c/Corrente	2.711		2.711	2.332
24	Estado e Outros Entes Públicos			0	35
268	Centros Produtivos			0	3.982
268	Delegações	10.082		10.082	10.863
268	Outros Devedores	86.328		86.328	30.315
		99.121		99.121	47.527
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
159	Outros Títulos Negociáveis				
12+13+14	Depósitos Bancários	48.935		48.935	49.156
11	Caixa	406		406	157
		49.341		49.341	49.313
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	34.903		34.903	
272	Despesas com Custo Diferido	751		751	1.318
	Total do Activo	**887.900**	**109.242**	**778.658**	**6695.986**

CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1998 PASSIVO LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
	CAPITAL PRÓPRIO		
571	Reservas	643.741	610 279
59	Resultados Transitados	4.887	20.637
		648.628	636.916
88	Resultado Líquido do Exercício	1.403	4.887
	Total do Capital Próprio	650.031	641.803
	PASSIVO		
293	**PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS**		246
	DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
221	Fornecedores-c/Corrente	10.304	5.557
24	Estado e Outros Entes Públicos	1.685	2.078
268	Delegações	183	110
268	Centros Produtivos	7.140	
268	Outros Credores	107.155	45.135
		126.467	52.880
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de Custos	2.160	1.057
274	Receitas com Proveito Diferido		0
		2.160	1.057
	Total do Passivo	128.627	54.183
	Total do Capital Próprio e do Passivo	**778.658**	**695.986**

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
BALANÇO CONSOLIDADO – SEDE + DELEGAÇÕES (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1998 ACTIVO BRUTO	1998 AMORTIZ. E PROVIS.	1998 LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
	IMOBILIZADO				
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de Capital	600		600	
	Imobilizações Corpóreas				
422	Edifícios e Outras Construções	632.638	44.634	588.004	578.247
423	Equipamento Básico	21.371	16.429	4.942	14.431
424	Equipamento de Transporte	14.879	9.582	5.297	3.757
425	Ferramentas e Utensílios	3.880	2.479	1.401	1.710
426	Equipamento Administrativo	99.631	53.192	46.439	27.450
429	Outras Imobilizações Corpóreas	7.857	7.857	0	7.152
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas Instalação	77	51	26	51
441/6	Imobilizações em Curso	23.323		23.323	24.832
		804.256	134.224	670.032	657.630
	CIRCULANTE				
31	Existências				
36	Matérias Primas, Subsidiárias				
	e de Consumo	1.086		1.086	901
35	Produtos e Trabalhos em Curso				
33	Produtos Acabados e Intermédios				
32	Mercadorias	2.273		2.273	2.507
		3.359		3.359	3.408
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO				
211	Clientes-c/Corrente	2.812		2.812	2.686
24	Estado e Outros Entes Públicos			0	35
268	Centros Produtivos			0	3.982
268	Outros Devedores	87.947	30	87.917	19.238
		90.759	30	90.729	25.941
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
159	Outros Títulos Negociáveis	0		0	0
12+13+14	Depósitos Bancários	68.655		68.655	75.390
11	Caixa	4.981		4.981	4.165
		73.636		73.636	79.551
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	35.800		35.800	87
272	Despesas com Custo Diferido	811		811	1 392
		36.611		36.611	1.479
	Total do Activo	**1.008.621**	**134.254**	**874.367**	**768.013**

CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1998 PASSIVO LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
	CAPITAL PRÓPRIO		
571	Reservas	686.872	655.257
		0	0
59	Resultados Transitados	33.400	47.250
		720.272	702.507
88	Resultado Líquido do Exercício	7.013	6.241
	Total do Capital Próprio	727.285	708.748
	PASSIVO		
293	**PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS**		246
	DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
221	Fornecedores-c/Corrente	10.772	6.371
24	Estado e Outros Entes Públicos	2.327	2.742
268	Centros Produtivos	7.140	
268	Outros Credores	122.971	48.522
		143.210	57.635
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
274	Proveitos Diferidos	3.872	1.384
	Total do Passivo	147.082	59.265
	Total do Capital Próprio e do Passivo	**874.367**	**768.013**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1998

Estamos perante uma realidade nova, em que os associados localmente, desenvolvem iniciativas várias, apresentam projectos, exigem meios para os realizarem e tomam parte activa, através dos seus representantes estatutariamente eleitos, nas grandes decisões nacionais.

Bragança

A Delegação comemorou o seu aniversário em Junho, com um almoço-convivio na Vila de Moncorvo.

A iniciativa dos órgãos sociais desta Delegação de efectuarem as comemorações descentralizadas é notável representando um meio de trazer ao convívio nacional alguns associados que, pelas mais diversas razões, não se deslocariam por iniciativa própria a Bragança.

Coimbra

A secção de campismo desta Delegação teve a responsabilidade a nível nacional por esta actividade e realizou o acampamento ADFA em Santa Maria de Feira, integrado no 24º Aniversário da Associação.

Em Fevereiro realizou-se o XX Concurso de Pesca Desportivo de Rio, que teve grande participação a nível nacional.

A ADFA esteve representada por Coimbra no 21º Acampamento Nacional da Federação Nacional de Campismo, que se realizou em Junho em Idanha-a-Nova.

Castelo Branco

Em Julho no decorrer de uma Assembleia Geral Extraordinária em que esteve presente a DN, os associados da região fizeram sentir os seus anseios e foi debatida a necessidade de incrementar a participação associativa.

Talvez em resultado deste esforço, realizou-se na Senhora de Mércoles um convívio com sardinhada em Outubro e um almoço de Natal, actividades que em tempos já se haviam realizado.

Évora

A Delegação de Évora continuou a apoiar os associados a nível regional, realizando um almoço/convívio todos os primeiros sábados de cada mês.

O tradicional almoço de Natal teve lugar na Amareleja, com grande participação de associados e seus familiares. Na ocasião teve lugar uma cerimónia de homenagem aos mortos da guerra colonial, no cemitério desta aldeia.

Faro

Esta Delegação celebrou o seu aniversário em Abril com um almoço-convivo que reuniu numerosos associados e suas famílias em Vila Real de Santo António.

Em Outubro foram inauguradas as novas instalações, em cerimónia que contou com a participação de diversas entidades e muitos associados.

Presidiu ao acto o Secretário de Estado da Inserção Social Dr. Rui Cunha, seguindo-se um almoço-convivio em Faro.

Famalicão

Em Fevereiro realizaram-se eleições para as Direcções dos Núcleos de Braga e Guimarães.

No último dia de Maio realizaram-se as comemorações do 24º Aniversário desta Delegação, tendo sido inaugurada as novas instalações cedidas pela respectiva Câmara Municipal. Na ocasião o Presidente da Autarquia salientou a grande importância do acontecimento, que se traduzirá em mais e melhores serviços para os associados.

Na Sede Social de Famalicão funciona também um novo museu da guerra Colonial, iniciativa inédita no nosso País.

Madeira

A Delegação no Funchal realizou em Agosto um almoço-convivio com os associados da Região Autónoma.

Em Dezembro teve lugar o habitual almoço de Natal com associados e suas famílias.

Ponta Delgada

A delegação atravessou um período de grande transformação associativa e de funcionamento.

Tendo sido dispensados os serviços dos seus dois trabalhadores, por dificuldades de ordem financeira, os órgãos sociais locais, especialmente a Direcção, assumiram a responsabilidade de atendimento a tempo parcial dos associados. Depois de adquirido o edificio-sede em Ponta Delgada, há agora necessidade de proceder a obras urgentes de restauração e conservação, em que estão empenhados os órgãos locais.

Faro

A Delegação de Faro acompanhou de perto os contactos desenvolvidos junto da autarquia de Silves, tendentes à obtenção de um terreno, para implantação de um Centro de Repouso e Lazer, destinado fundamentalmente a pessoas portadoras de deficiência e ex-combatentes, no âmbito da FMAC.

Durante o ano de 1997, esta Delegação desenvolveu vários contactos com a Câmara Municipal de Faro e o C.R.S.S., no sentido de se conseguirem novas instalações para esta Delegação, dado que as que actualmente ocupa na rua de S. Pedro, vão ser alienadas para outros fins.

A Delegação de Faro desenvolveu uma apreciável actividade associativa que culminou com a Festa de Natal, tendo igualmente participado em actividades locais promovidas pelas respectivas entidades públicas.

Porto

O primeiro encontro de dirigentes associativos da ADFA, realizou-se em Janeiro na Aguda. As decisões adoptadas neste encontro, foram de âmbito nacional e de grande importância para o desenvolvimento da Associação.

Esta importante Delegação, realizou diversas actividades culturais, desportivas e visitas de estudo que muito contribuíram par divulgar a imagem da ADFA na região Norte.

Para além destes eventos, a elevada taxa de reuniões associativas descentralizadas efectuadas em toda a sua área, com núcleos de associados residentes nos diversos concelhos, representa bem o esforço que os dirigentes associativos do Porto dedicaram à causa da ADFA.

Em Março teve lugar no Porto uma reunião de cegos e ambliopes a nível nacional, que marcou o inicio de uma série de encontros destes associados com a finalidade de estudar e propor soluções para alguns problemas específicos que os afectam de um modo particular.

Os órgãos sociais locais mantiveram contactos e todo um conjunto de entrevistas com as autoridades militares e civis.

A ADFA esteve representada na AJUTEC, Feira de Ajudas Técnicas no Porto, pela Delegação do Porto.

Na ocasião foi salientado o carácter pioneiro da ADFA, pois a Associação foi em 1987 uma das impulsionadoras desta realização.

Em Dezembro tiveram lugar as habituais comemorações do Aniversário da Delegação.

Setúbal

Realizou-se na mata de S. Paulo a habitual "sardinhada" promovida por esta Delegação. Depois do almoço-convivio tiveram lugar jogos tradicionais em que participaram muitos associados e suas famílias.

Viseu

A Delegação de Viseu que tem actualmente uma dinâmica muito especial, continuou a sua campanha de angariação de fundos para aquisição de uma carrinha de 9 lugares, para serviço próprio.

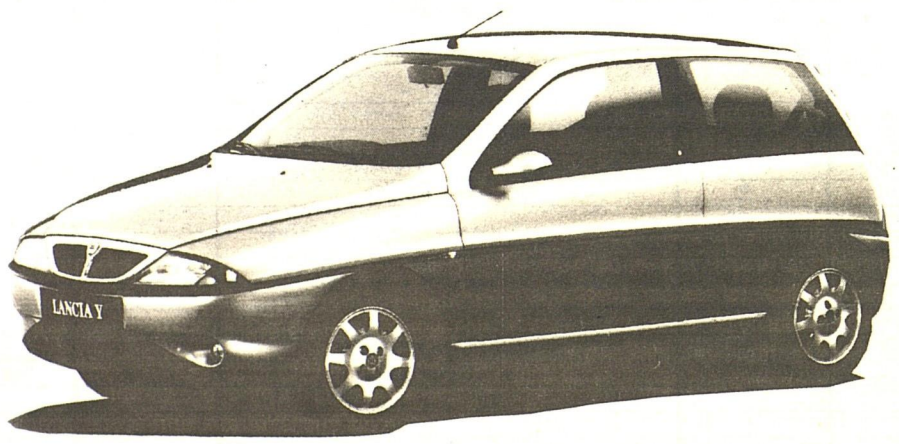
Em Maio teve lugar um encontro associativo em Lamego, seguido de um almoço, que reuniu inúmeros associados. Neste encontro houve também uma cerimónia religiosa e de homenagem aos DFA falecidos.

Por iniciativa local, realizou-se uma exposição de jovens alunos da Escola Secundária de Viseu sobre a Guerra Colonial. Esta iniciativa foi apoiada pela Delegação e teve grande impacto a nível local.

O 25 de Abril não foi esquecido, tendo sido comemorado com uma exposição e colóquios na Escola Secundária Emidio Navarro em Viseu.

A Direcção da Delegação reuniu com o Governador Civil de Viseu, tendo apresentado as questões que mais preocupam a Associação nomeadamente as medidas legislativas que tardam em concretizar-se.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO LANCIA

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto
STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgilio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . .15%

(MANUEL CORREIA) . . . . . TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . .TELF. 812 32 75

OFERECE-SE

Monitora de Jardinagem e Floricultura para trabalhar com Pessoas Deficientes.

Experiência de 10 anos.

Resposta ao n.º 284 do ELO de Março.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

RENAULT

ANTÓNIO BERNARDES
DELEGADO DE VENDAS

STAND: 01 836 14 00
RESID.: 063 79 02 67
TELM.: 0936 602 60 41

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1998

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
BALANÇO—TIPOGRAFIA (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1998 ACTIVO BRUTO	1998 AMORTIZ. E PROVIS.	1998 LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1998 PASSIVO LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
	IMOBILIZADO						**CAPITAL PRÓPRIO**		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções						Reservas		
423	Equipamento Básico	66.210	54.374	11.836	16.714	575	Subsídios		
424	Equipamento de Transporte	1.944	527	1.417	1.903				
425	Ferramentas e Utensílios					574	Reservas Livres		
426	Equipamento Administrativo	2.462	626	1.836	1.874	573	Reservas	71.249	77.099
429	Outras Imobilizaçes Corpóreas					59	Resultados Transitados	1.111	-5.850
441/6	Imobilizações em Curso	1.045		1.045	1.062			72.360	71.249
		71.661	55.527	16.134	21.553				
							Resultado Líquido do Exercício	11.860	1.111
	CIRCULANTE								
31	Existências				954		Total do Capital Próprio	84.220	72.360
36	Matérias Primas, Subsidiárias								
	e de Consumo	2.290		2.290	1.926		**PASSIVO**		
35	Produtos e Trabalhos em Curso	2.339		2.339					
33	Produtos Acabados e Intermédios				1.246	293	**PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS**		
		4.629		**4.629**	**3.172**		**DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO**		
						221	Fornecedores-c/Corrente	27.182	23.397
	DIVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO					24	Estado e Outros Entes Públicos	3.521	4.124
						268	Outros Crecores	20	4.014
211	Clientes-c/Corrente	63.499	8.191	55.308	68.788				
24	Estado e Outros Entes Públicos								2.574
268	Outros Devedores	7.246		7.246	92			30.723	31.535
		70.745	8.191	62.554	68.880		**ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**		
						273	Acréscimos de Custos	3.560	13.285
							Total do Passivo	34.283	44.820
12+13+14	Depósitos Bancários	34.676		34.676	23.465				
11	Caixa	510		510	510				
		35.186		35.186	23.575				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
272	Custos Diferidos								
	Total do Activo	**182.221**	**63.718**	**118.503**	**117.180**		**Total do Capital Próprio e do Passivo**	**118.503**	**117.180**

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos)
TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1998	1997	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	39.611	39.600	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	150.200	132.936
		39.611	39.600			150.200	132.936
62	Fornecimentos e Serviços Externos	42.336	43.720				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	27.421	22.261	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	4.506	3.858	74	Subsídios à Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais		173
		74.263	69.839				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	5.403	8.452				
67	**Provisões**	4.131	47				173
		9.534	8.499				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	**Impostos**	5	12		Outros Juros e Proveitos Similares	1.573	1.266
65	Outros Custos Operacionais	15.000	16.000				
						1.573	1.266
		15.005	16.012				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1	1.060
68	**Custos Financeiros**						
	Juros e Custos Similares	138	315				
		138	315				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.363	59				
88	Resultado Líquido do Exercício	11.860	111				
	TOTAL DO DÉBITO	**151.774**	**134.435**		**TOTAL DO CRÉDITO**	**151.774**	**135.435**

Restaurante ADFA

Sede Nacional - Av. Padre Cruz, Lumiar

Almoços e jantares todos os dias úteis • Self-service e serviço de mesa

Almoços de confraternização • Almoços todos os Sábados

Encerrado ao Domingo Capacidade para 120 pessoas Estacionamento privativo

Reservas e marcações pelo tel.: 757 05 02

Dr.ª Ana Leonor ext.: 226 ou Sr. Teixeira ext.: 231

Tipografia

(Und. contos)

Indicadores de Gestão

Prestação de Serviço	150.200
Vendas de Mercadorias e Produtos	0
Resultados Líquidos	11.860
Cash-Flow	21.394
Capital Social	0
Activo Total Líquido	118.483
Capitais Permanentes	84.220
Fundo de Maneio (Sentido Lato)	68.086
Número de Trabalhadores	13
Vendas por Trabalhadores	0
Volume Negócios por Trabalhador	11.554

Análise Económica

Rentabilidade Financeira	14,08%
Rentabilidade Económica	10,13%
Rentabilidade das Vendas	7,90%
Rotação do Activo Total	1,27
Rotação do Activo Fixo	9,31
Rotação do Activo Circulante	1,47
Prazo Médio de Cobrança (Meses)	4
Prazo Médio de Pagamento (Meses)	4
Rotação de Existências	9

Análise Financeira

Grau de Autonomia	71,08
Grau de Dependência	28,92
Solvabilidade	2,46
Líquidez Imediata	1,03
Líquidez (Tesouraria)	2,85
Líquidez Geral	2,99
Cash-Flow/Vendas	
Cash-Flow/Volume de Negócios	14,24%

Outros

Valor Acrescentado Bruto	68,248
VAB por Trabalhador	5.250

SCML
Departamento de
JOGOS

Lotaria
Nacional

totoloto

totobola

LOTARIA
INSTANTÂNEA
Raspou Ganhou

JOKER

lot2

totogolo

Sempre que Jogar está a Garantir o Bem-estar de Alguém

Unidade e Coesão no aniversário da ADFA

Um almoço de confraternização na FIL, em Lisboa, vai ser o ponto alto das comemorações do 25º Aniversário da ADFA, no próximo dia 15 de Maio.

O dia vai começar pelas 9h00 com actividades desportivas integradas de atletismo e ciclismo (ver percurso na próxima edição), em Lisboa. Pelas 12h00, junto ao monumento aos Combatentes, em Belém, vai ter lugar uma homenagem aos militares falecidos no Ultramar.

Unidos pela vida

Este dia é, pois, considerado o grande momento das comemorações deste 25º Aniversário, uma vez que será a oportunidade para ser efectuada uma reunião alargada de irmãos de guerra e de companheiros de Associação.

Ter possibilidade de encontrar os amigos num encontro nacional é motivo mais do que suficiente para mobilizar as forças para uma vez mais dizer "presente", numa atitude de unidade e coesão.

O próprio lema "Unidade e Coesão", patente no logotipo criado para celebrar estes 25 anos de actividade, é a marca do sentimento que tem vingado, apesar das vicissitudes da política associativa, como mote para a construção de uma sociedade mais justa e respeitadora dos valores do cidadão portador de deficiência.

Unidade e coesão implicam o todo associativo que os homens marcados pela Guerra Colonial representam. "Unidade" lembra o edifício associativo, inabalável perante os embates de uma sociedade que resiste na ignorância e na discriminação. "Coesão" significa o esforço de todos os associados que, apesar das diferenças, se mantêm congregados num mesmo ideal, na construção de uma casa coerente e forte, defensora de uma grande fatia da população portuguesa.

Os verdadeiros camaradas encontram-se assim, em pontos de vista divergentes, mas juntos na luta diária para fazer da Associação um pólo de justiça social.

Santa Maria da Feira foi o local escolhido para manifestar a discordância, para marchar pelas reivindicações legislativas apresentadas no Ministério da Defesa Nacional havia já tanto tempo.

Lisboa será, como capital do País que somos, a manifestação de que a ADFA está viva, numa dinâmica associativa nunca vista, com uma posição forte em sociedade dos associados e suas famílias.

As paredes do pavilhão de congressos da FIL não vão poder conter a alegria dos associados, familiares e amigos que vão festejar 25 anos de camaradagem sã, marcada pela igualdade de direitos.

Coesos no debate

Os grandes temas explorados nos órgãos de comunicação social também passam pela nossa Associação.

O "Stress de Guerra" e todo o debate público que se tem desenrolado à volta deste assunto, só chegou a ser notícia e alvo da discussão parlamentar por obra dos associados que nunca deixaram cair os braços perante a inércia do sistema que não evolui com o pulsar da vida no mundo.

Os deficientes sem pensão continuam a viver de promessas e da esperança na Associação.

Este aniversário tem de ser o marco histórico da resolução dos problemas.

Se há organização que tenha lutado sempre pelo bem-estar social dos cidadãos portadores de deficiência, é a nossa ADFA.

Mas o que já foi conquistado em Agosto de 98 e o que vai sendo atingido através de reuniões com as entidades deste País, não pode nem deve ser obstáculo para uma análise consciente da realidade.

A nossa sociedade ainda não atingiu a maturidade para tratar todos os seus cidadãos como iguais. É fácil prometer novas estruturas e aproveitar o trabalho que se vai fazendo. O que é difícil é desenhar e construir a verdadeira acessibilidade e a queda de barreiras.

Tanto há para fazer que a Associação não vai adormecer nos passos que tem dado. A mobilização continua ainda e sempre a ser necessária. Reunir forças em torno de um ideal é preciso!

É por isso que continua a ser esta nossa Associação a resposta sempre pronta ao desafio da injustiça, fazendo chegar ao mais alto dos poderes o clamor daqueles que exigem igualdade, plenos direitos em sociedade e a reparação dos danos de que a Nação é responsável.

O pavilhão da FIL, com capacidade para cerca de duas mil e 500 pessoas, vai ser pequeno para receber os companheiros que se uniram em Associação a partir do 25 de Abril, desse ano da Liberdade de 1974. •

RV

Programa Provisório

25 anos de intervenção pela dignidade!

Até 7 de Maio
Colóquios sobre a Guerra Colonial nas escolas aderentes

7 a 15 de Maio
Exposição sobre a Guerra Colonial
Local: a definir

10 a 17 de Maio
Exposição sobre as actividades da ADFA e CRPG, na Sede Nacional

12 de Maio
"Cooperação Inter Associações e Reabilitação de Deficientes Militares"
Encontro com as Organizações de Ex-Combatentes e Vítimas de Guerra dos PALOP (Angola, Moçambique, Guiné e Timor), na Sede Nacional

Período entre Abril e Junho
Lançamento do Livro da Sra. Maltush, na Sede da ADFA

14 de Maio
Sessão Solene na Sede Nacional.

15 de Maio
9h00 - Actividades Desportivas Integradas / Prova de Atletismo (Lumiar – Belém) e Prova de Ciclismo (percurso a definir em Lisboa).
12h00 - Cerimónia de Homenagem aos Militares Falecidos, no Monumento aos Combatentes, em Belém.
13h00 - Almoço de Confraternização, na FIL.

23 de Novembro
25º Aniversário do Jornal ELO, na Sede da ADFA
Colóquio – tema a definir
Lançamento sobre uma brochura dos 25 anos do ELO
20h00 - Jantar comemorativo

Publicação de uma brochura sobre os 25 anos da Associação.
Lançamento de um CD sobre o "Cancioneiro do Niassa".
Edição de uma medalha comemorativa dos 25 anos da ADFA, da autoria de Araújo de Brito.
Homenagem aos trabalhadores e colaboradores da ADFA com mais de 20 anos de serviço.

Colóquio em Torres Novas

Lembrar a Guerra e os deficientes militares

FOTO: RAFAEL VICENTE

"Lutamos para que a sociedade mais incauta não nos retire a plena cidadania e nos trate como cidadãos de segunda", foram palavras de Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, convidado para ser orador no colóquio sobre a Guerra Colo-nial, subordinado ao tema "Da Resistência à Liberdade", realizado no Museu Agrícola de Riachos, em Torres Novas, no dia 19 de Feve-reiro.

Para celebrar os 25 anos da Revolução de Abril, a Comissão de Apoio às Comemorações do 25 de Abril de Torres Novas tem vindo a organizar, desde Outubro do ano passado, vários encontros de debate sobre os grandes temas que envolveram a transição do antigo regime ditatorial para a democracia.

Jorge Maurício falou para uma assistência que viveu os tempos da guerra e o 25 de Abril.

A estranheza dos primeiros homens que embarcaram para Angola, a reacção ao território desconhecido, o receio das emboscadas, a cultura diferente, foram factores que o orador foi focando, perante a atenção de quem assistia. Professores, um médico, um escultor, vários jornalistas locais e membros de outras instituições, entre os muitos assistentes, relembraram os feridos e os mortos, bem como as razões que levaram os soldados portugue-ses a combater numa terra a que chamavam de "colónias".

Foi também referida a situação em que se encontravam os deficientes de guerra, depois de voltarem de África. "Depois de ficarem deficientes, a esperança era pouca; não existia a reabilitação", salientou Jorge Maurício, lembrando ainda que a ADFA nasceu com o 25 de Abril.

No período de debate que se seguiu à exposição do tema, a assistência não esqueceu a questão do "Stress de Guerra", referindo a instabilidade familiar e profissional como um dos problemas mais graves da doença.

"Quando falamos de "Stress de Guerra", não falamos das nossas mulheres e filhos", referiu um dos assistentes, lembrando ainda que na guerra "valia mais morrer um soldado do que perder-se material de combate".

Durante o encontro foi solici-tado o apoio da ADFA nas comemorações e no desenvolvimen-to de um núcleo de debates sobre este tema em Torres Novas, uma vez que se pretende "continuar com uma comissão de reflexão sobre outros assuntos que possam sur-gir", como afirmou Luís Martins, da organização destes debates.

"Falar do 25 de Abril, sem focar a Guerra Colonial, é impensável. Falar na Guerra Colonial, sem falar dos deficientes das Forças Armadas, é impossível", explicou Luís Mar-tins, dizendo que é preciso ter a percepção do que era ser deficiente militar na altura e nos dias de hoje. •

RV

Rota dos Descobrimentos

Uma prova aberta de 4 km, não competitiva e com características de convívio e confraternização, que consiste em percorrer esta distância em marcha ou corrida, vai decorrer no próximo dia 20 de Março, Sábado, pelas 9h30.

A prova integrada na 9ª Meia Maratona de Lisboa, tem início com um pequeno almoço no Mosteiro dos Jerónimos. A concentração dos participantes e a partida vão ter lugar no Padrão dos Descobrimentos, com chegada ao Mosteiro dos Jerónimos.

Todos os participantes vão ganhar "T-shirts" alusivas e lembranças.

As inscrições podem efectuar-se até ao dia 10 de Março, Quarta-feira, no Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA). O preço por pessoa é de 750 escudos.

2º Passeio "Avós e Netos"

No mesmo Sábado, pelas 11 horas, vai ter lugar o 2º Passeio "Avós e Netos", em Lisboa.

A partida é dada por baixo da ponte 25 de Abril, junto ao rio Tejo, com a meta situada junto ao Museu da Electricidade, em Belém.

Podem participar gratuitamente todos os avós e netos que se inscrevam, desde que os primeiros tenham mais de 45 anos e que os netos sejam menores de 9 anos.

Vão ser distribuídas lembranças a todos os participantes.

Os associados interessados em saber mais informações ou em efectuar as inscrições, podem fazê-lo no Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo, na Sede Nacional, até ao dia 10 de Março, Quarta-feira.

Os inscritos em ambas as provas estão convidados para a Festa da Massa, a realizar no Museu da Electricidade, em Belém, nos dias 19 e 20 de Março, pelas 17h00 horas. •

R.V.

Desporto e lazer

No dia 17 de Março, Quarta-feira, pelas 16h00, vai ter lugar na Sede Nacional da ADFA, uma Mesa Redonda subordinada ao tema "Actividade Física de Lazer e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência", organizada pela Associação.

Ana Varela, da Faculdade de Motricidade Humana, vai expor a posição do departamento de Educação Especial e Reabilitação, relati-vamente ao apoio à actividade motora adaptada desenvolvida em colaboração com a ADFA.

José Carvalho, da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, vai explicar quais as perspectivas de apoio que a organização tem para as pessoas com as características dos deficientes das Forças Armadas.

A cargo do Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas Deficientes (SNRIPD) vai estar patente uma exposição relativa à actividade física e hábitos de vida saudável para pessoas com deficiência (adultos e idosos).

Os representantes do pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa vão apresentar a perspectiva da edilidade sobre a actividade física, de lazer e desportiva para pessoas com deficiência (adultos e idosos).

O director do Lar Militar da Cruz Verme-lha, apresentará a política de desenvolvimento das actividades de lazer, cultura e desporto na instituição, perspectivas sobre a dinamização das estruturas existentes.

A ADFA vai apresentar algumas questões relacionadas com o lazer, com infor-mações sobre o desporto na ADFA e no Lar Militar. •

R.V.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
Confort 3p 1.0	1.473.461.00	2.048.166.00
Confortline 3p 1.0	1.560.019.00	2.149.439.00
Highline 3p 1.4	1.940.858.00	3.043.016.00
Highline 3p 1.4 Aut.	2.157.193.00	3.296.130.00
Polo		
Fox 1.0 (DA) 3p	1.521.310.00	2.117.375.00
GL 1.0 (DA) 5p	1.585.415.00	2.192.378.00
3 Volumes 1.4	1.803.777.00	2.894.333.00
3 Volumes 1.7 SDI	2.147.189.00	3.885.801.00
3 Volumes 1.9 SDI	2.349.619.00	4.448.231.00
Variant 1.7 SDI	2.163.248.00	3.904.590.00
Variant 1.9 TDI	2.365.677.00	4.467.019.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.159.921.00	3.316.872.00
Confort 1.4 5p	2.221.686.00	3.389.137.00
Highline 1.9 TDI 3p	3.220.779.00	5.473.339.00
Highline 1.9 TDI 5p	3.308.202.00	5.575.624.00
Highline 1.9 TDI 3p Aut.	3.425.549.00	5.708.240.00
Highline 1.9 TDI 5p Aut.	3.508.973.00	5.810.526.00
Cabrio Treudine 1.9 TDI	4.235.276.00	6.660.300.00
Bora		
Highline 1.9 TDI	3.441.782.00	5.731.912.00
Highline 1.9 TDI (EC)	3.635.838.00	5.958.958.00
Passat		
Confortline 1.6	3.285.609.00	5.010.585.00
Confortline 1.6 Aut.	3.525.300.00	5.291.023.00
Confortline 1.9 TDI	3.389.346.00	5.676.412.00
Confortline 1.9 TDI TOP	3.832.720.00	6.195.160.00
Confortline 1.9 TDI Aut.	3.681.552.00	6.018.293.00
Confortline 1.9 Aut. TOP	4.124.927.00	6.537.041.00
Confortline 1.9 TDI Variant	3.677.221.00	6.013.225.00
Confortline 1.9 TDI T. Varia.	4.120.596.00	6.531.974.00
Confortline 1.9 TDI V. Aut.	3.913.872.00	6.290.107.00
Confortline 1.9 TDI T. V. Aut.	4.357.246.00	6.808.855.00
Audi A3		
Attraction 1.6	3.048.036.00	4.726.775.00
Attraction 1.6 TAE	3.398.464.00	5.136.775.00
Sport 1.9 TDI	3.951.921.00	6.328.775.00
Sport 1.9 TDI EC	4.033.118.00	6.423.775.00
Audi A4 TDI		
Attraction 1.6	3.801.028.00	5.613.625.00
Attraction 1.9 TDI 90 cv	3.938.246.00	6.318.625.00
Attraction 1.9 TDI 110 cv	4.335.118.00	6.780.625.00
Sport 1.9 TDI 110 cv	4.828.844.00	7.360.625.00
Avant TDI 1.9 90 cv	4.169.015.00	6.588.625.00
Avant TDI 1.9 110 cv	4.563.887.00	7.050.625.00
Audi A6		
TDI 1.9 110 cv	5.771.579.00	8.469.475.00

SEAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Ibiza		
1.0 Entry 3p	1.305.541.00	1.796.000.00
1.0 Entry 5p	1.382.464.00	1.886.000.00
1.4 Entry 3p	1.363.684.00	2.310.500.00
1.4 Entry 5p	1.440.607.00	2.400.500.00
1.9 D Latino 3p	2.018.160.00	3.991.500.00
1.9 GT TDI 3p	2.904.058.00	5.028.000.00
1.9 D Latino 5p	2.095.084.00	4.081.500.00
1.9 TDI 110 cv 5p	2.980.981.00	5.118.000.00
Arosa		
1.0 Style	1.318.361.00	1.811.000.00
1.4 Klima (AC) 3p	1.732.060.00	2.741.500.00
1.4 Klima (C. Aut.)	2.010.693.00	3.067.500.00
Cordoba		
1.4 Silhouette	1.850.864.00	2.880.500.00
1.4 GT (110 cv)	2.120.949.00	3.196.500.00
1.9 D Latino	2.199.357.00	4.203.500.00
1.9 TDI (110 cv)	3.150.639.00	5.316.500.00
1.4 Sporty Vario	1.620.095.00	2.610.500.00
1.9 TDI Vario	2.029.272.00	4.004.500.00
1.9 TDI Vario SXE	2.571.152.00	4.638.500.00
Toledo		
1.6 GTS	2.866.342.00	4.416.847.00
1.9 TDI GT	3.326.330.00	5.488.571.00
Ibiza Comercial		
1.9 D Company	1.684.337.00	2.298.500.00
1.9 D Latino	1.916.816.00	2.570.500.00
1.9 TDI Crono	2.315.106.00	3.036.500.00
1.9 TDI (110 cv)	2.606.559.00	3.377.500.00
Inca		
1.9 D Van	1.611.687.00	2.213.500.00
1.9 D Van (VED+FCC)	1.823.653.00	2.461.500.00
Alhambra		
1.9 TDI (110 cv)	4.341.602.00	5.407.600.00
1.9 TDI TA (110 cv)	4.966.388.00	6.138.500.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	1.138.262.00	1.574.000.00
Sport	1.288.319.00	1.909.000.00
Panda Jolly	1.120.314.00	1.553.001.00
Punto		
55 S 3P	1.296.011.00	1.918.000.00
55 SX 5P	1.511.396.00	2.170.000.00
TD 70 ELX 3P	1.528.970.00	3.111.001.00
TD 70 ELX 5P	1.584.525.00	3.176.000.00
60 Cult 3P	1.365.908.00	2.102.000.00
Van TD 60 S	1.571.785.00	2.145.000.00
Van TD 70 SX	1.725.632.00	2.325.001.00
Palio		
Weekend 1.2	1.899.242.00	2.726.000.00
Weekend 70 TD	1.806.747.00	3.436.000.00
Bravo		
1.4 SX	1.976.228.00	3.041.000.00
1.6 SX Caixa Aut.	2.428.655.00	3.952.000.00
TD 100 GT	2.315.747.00	4.415.000.00
Brava		
1.4 EL	2.065.972.00	3.146.000.00
TD 100 SX	2.208.910.00	4.290.000.00
TD 100 ELX	2.423.440.00	4.415.000.00
Marea		
1.4 SX	2.229.220.00	3.337.000.00
1.6 ELX Caixa Aut.	2.708.997.00	4.280.000.00
TD 100 ELX	2.620.876.00	4.772.001.00
TD 100 HLX	2.919.331.00	5.984.000.00
Weekend 1.4 SX + AC	2.448.023.00	3.593.000.00
Weekend TD100 ELX	2.769.594.00	4.946.001.00
Weekend TD100 HLX	3.006.346.00	5.223.000.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.393.447 .00	2.032.000.00
Y 1.2 FCVT L5 3p Aut.	1.826.592.00	2.641.000.00
Y 1.2 16V LS 3p	1.633.430.00	2.415.000.00
Y 1.2 LX 3p 16V	1.830.866.00	2.646.001.00
Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00
Delta 1.9 TDS HPE	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS SWLE	3.002.514.00	5.252.885.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo Pack	1.368.449.00	2.004.000.00
Twingo Easy	1.483.834.00	2.139.000.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.452.210.00	2.102.000.00
RXE 1.4 3p	1.735.364.00	2.758.000.00
RN 1.2 5p	1.517.167.00	2.178.000.00
RXE 1.4 5p	1.800.322.00	2.834.000.00
RXE 1.9D	1.660.301.00	3.521.000.00
Societé 1.9 (2 Lugares)	1.688.969.00	2.314.000.00
Megane		
RN 1.4	1.885.340.00	2.939.000.00
RT 1.4	2.094.742.00	3.184.000.00
RXE 1.9 DTI	2.683.781.00	4.724.000.00
RL 1.9 D (2 lugares)	2.072.914.00	2.765.000.00
Classic RN 1.4	1.928.075.00	2.989.000.00
Classic RT 1.9 DTI	2.427.371.00	4.424.000.00
Classic Scenic RN 1.4	2.338.332.00	3.469.000.00
Classic Scenic RT 1.9 DTI	2.628.226.00	4.659.000.00
Laguna		
RXE 1.9 DTI	2.931.645.00	5.014.000.00
RT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.085.491.00	5.194.000.00
RT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.170.961.00	5.294.000.00
Kangoo		
RN 1.2	1.776.813.00	2.491.000.00
RN 1.9 D 55	1.757.554.00	3.644.000.00
FGTE RL 1.9 D 55	1.634.086.00	2.259.000.00
FGTE RN 1.9 65	1.849.470.00	2.511.000.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.441.296.00	2.011.050.00
Eco 1.0 5p	1.501.125.00	2.081.050.00
Swing 1.2 3p	1.623.004.00	2.396.000.00
Swing 1.2 5p	1.682.833.00	2.466.050.00
GSI 1.6 3p	1.926.304.00	3.421.000.00
Eco 1.5 TD 3p	1.724.569.00	2.986.049.00
Eco 1.5 TD 5p	1.784.399.00	3.056.051.00
Sport 1.5 TD 3p	2.169.014.00	3.506.050.00
Tigra		
Tigra 1.4 16V	2.176.769.00	3.336.050.00
Astra		
Club 1.4 4p	2.292.153.00	3.471.050.00
Club 2.0 DT 4p	2.299.722.00	4.576.050.00
Club 1.2 5p	2.187.107.00	3.056.051.00
Sport 1.4 3p	2.394.718.00	3.519.051.00
Club 1.7 TD 5p	2.396.817.00	4.156.049.00
Club 2.0 DT 5p	2.265.534.00	4.536.050.00
Club Caravan 1.4	2.377.623.00	3.571.049.00
Sport Caravan 1.4	2.565.658.00	3.791.050.00
Club Caravan 1.7 TD	2.482.288.00	4.256.051.00
Club Caravan 2.0 DI	2.385.192.00	4.676.050.00
Vectra		
GL 1.6 16V 4p	2.977.586.00	4.651.050.00
GL Caravan 1.6	3.122.886.00	4.821.051.00
GL 2.0 TDI 4p	3.086.047.00	5.496.050.00
CD 2.0 TDI 4p	3.359.551.00	5.816.050.00
GL Caravan 2.0 TDI	3.231.346.00	5.666.050.00
CD Caravan 2.0 TDI	3.504.850.00.	5.986.050.00
Omega		
Sport 2.0 TD 4p	4.863.824.00	7.576.050.00
CD 2.0 TD 4p	4.949.294.00	7.676.049.00
Sport Caravan 2.0 TD	5.051.859.00	7.796.050.00
CD Caravan 2.0 TD	5.137.329.00	7.896.050.00

FORD

MODELO	P.BASE	P.V.P.
KA 3p	1.187.704.00	1.998.500.00
Fiesta		
1.2 16V 3p	1.415.481.00	2.168.500.00
1.2 16V 5p	1.543.686.00	2.318.500.00
1.8 D 5p	1.618.298.00	3.328.500.00
Escort		
1.4 5p	1.848.890.00	2.938.499.00
1.4 (Carrinha)	1.848.890.00	2.938.499.00
1.8 TD	2.058.469.00	2.838.500.00
1.8 TD (Carrinha)	2.058.469.00	2.838.500.00
Focus		
1.4 (Ambiente) 5p	2.109.939.00	3.238.500.00
1.6 Trend 3p	2.044.781.00	3.538.500.00
1.6 Guia 5p	2.301.191.00	3.838.500.00
Mondeo		
1.6 LX 4/5p	2.795.372.00	4.418.500.00
1.6 (Carrinha)	2.940.671.00	4.588.500.00
1.8 TD GLX	3.041.375.00	4.988.500.00
1.8 TD (Carrinha)	3.186.674.00	5.198.500.00
1.8 TD Guia	3.383.256.00	5.388.501.00
1.8 TD (Carrinha)	3.528.555.00	5.558.500.00
Galaxy		
1.9 TDI GLX 4p	4.548.867.00	5.708.500.00
1.9 TDI (6)	5.232.628.00	6.508.501.00
Fiesta Van		
1.8 D	1.661.573.00	2.278.500.00
Courier 1.8 D	1.858.154.00	2.508.500.00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 7570502, 7570422, 7570583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01), e pelo 0931 26 61 53

O resumo da legislação publicada no Diário da República é da responsabilidade do Gabinete Jurídico da ADFA, mas não dispensa a consulta dos diplomas

DIÁRIO DA REPÚBLICA

RNPC

Aviso 1197/99, Ministério da Justiça, de 26 de Janeiro

Aprova os seguintes modelos de **impressos** exclusivos do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC): **mod. 10** – Pedido de inscrição/cartão de identificação; **mod. 11** – Pedido de certificado de admissibilidade de firma ou denominação de pessoa colectiva; **mod. 12** – Pedido de certificado de admissibilidade de firma ou denominação de empresário em nome individual; **mod. 13** – Pedido de certificado negativo de firma ou denominação e **mod. 15** – Comunicação relativa a nome comercial.

Bilhete de Identidade

Aviso 1.344/99, Ministério da Justiça, de 27 de Janeiro

Aprova os seguintes modelos de impressos exclusivos dos serviços de identificação civil: **mod. 11** – Pedido de bilhete de identidade; **mod. 12** – Justificação de urgência excepcional e **mod. 14** – Justificação de extravio.

Publicidade

Lei 6/99, de 27 de Janeiro

Regula a **publicidade domiciliária**, nomeadamente por **via postal, distribuição directa, telefone e telecópia**.

O destinatário que não deseje receber publicidade deve afixar, por forma visível, no local destinado à recepção de correspondência, dístico identificável da sua pretensão.

Este dístico poderá ser adquirido, gratuitamente, em qualquer estação do CTT.

Podem ainda os destinatários opor-se, gratuitamente, ao envio de publicidade endereçada, quando, expressamente, manifestem o desejo de não receber publicidade.

As pessoas que não desejem receber publicidade por telefone ou telecópia podem inscrever o número de assinantes de que são titulares numa lista a criar.

O incumprimento das normas consagradas neste diploma é punível com coimas cujos valores podem variar entre 200.000$00 e 6.000.000$00 ou outras sanções acessórias.

Renda de Casa

Portaria 56/99, de 27 de Janeiro

Fixa as tabelas de **subsídio e limites de renda de casa** a vigorar no ano civil de 1999.

Vales Sociais

Decreto-Lei 26/99, de 28 de Janeiro

Estabelece as condições de emissão e atribuição, com carácter geral, de **vales sociais destinados ao pagamento de creches, jardins-de-infância e lactários**, pelas entidades empregadoras aos seus trabalhadores, que tenham a cargo filhos, adoptados, tutelados ou quaisquer menores com idade inferior a 7 anos.

Missões e Acções

Portaria 87/99, Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, de 28 de Janeiro

Para **efeitos de aposentação, o tempo de serviço** efectivamente prestado no cumprimento de missões humanitárias ou de paz e de acções de cooperação técnico-militar, fora do território nacional, **é acrescido de 15%, 20% ou 25% conforme a acção ou missão de desenvolva em país de classe A, B ou C**, respectivamente.

Esta portaria vem definir o que são **países ou territórios de classe A** – os situados entre os paralelos 15º e 30º nas latitudes norte ou sul -, **classe B** – os situados entre os paralelos 15º nas latitudes norte ou sul e ainda aqueles em que se verifiquem deficientes condições de salubridade – e **classe C** – os países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada e ainda aqueles em que se verifiquem graves condições de salubridade.

Define-se ainda o que se entende por **«deficientes condições de salubridade» e «graves condições de salubridade»**.

IVA e IRC

Portaria 77/99, de 2 de Fevereiro

Aprova os modelos das novas **declarações de inscrição no registo/início de actividade, de alterações e de cessação**, para efeitos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

IRC

Declaração 32/99, Ministério das Finanças, de 4 de Fevereiro

Aprova os **modelos** dos seguintes **impressos**, sobre o **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas** (IRC): declaração de rendimentos mod. 22, anexo 22-A para benefícios fiscais, anexo 22-E para as Regiões Autónomas e respectivas instruções e mapa de reintegrações e amortizações.

Droga e Toxicodependência

Decreto-Lei 31/99, de 5 de Fevereiro

Cria o **Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT)** com o objectivo de recolher, tratar e divulgar dados e informações relativos ao consumo e ao tráfico ilícitos de drogas, bem como promover junto dos jovens e da população em geral a prevenção do consumo de drogas.

Liga dos Combatentes

Portaria 119/99, de 10 de Fevereiro

Aprova o **Estatuto da Liga dos Combatentes** que tem como objectivos promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação dos símbolos nacionais, a defesa dos valores morais e históricos de Portugal, o prestígio de Portugal, cooperar com os órgãos de soberania ou da Administração Pública para realização dos seus objectivos, criar, manter e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e solidariedade social.

Imposto do Selo

Aviso 2.854/99, de 11 de Fevereiro

Publica na íntegra a **Tabela Geral do Imposto do Selo** com as alterações para 1999 decorrentes do último Orçamento de Estado. •

Helena Afonso

Diploma do Mês

PROVA DE VIDA

Despacho N.º 744/99, de 16 de Janeiro

«Através do despacho nº 2-D/96, de 9 de Dezembro, da Secretaria de Estado do Orçamento, publicado no Diário da República, 2ª série nº 299, de 27 de Dezembro de 1996, foi suspensa, a partir de 1997, a prova periódica de vida dos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, tendo sido determinado, pelo mesmo despacho, que a CGA deveria proceder, até final de 1998, à avaliação dos efeitos decorrentes da referida suspensão e adoptar, em articulação com o Ministério da Justiça, os procedimentos necessários ao aperfeiçoamento do sistema de controlo previsto no artº 82º do Estatuto da Aposentação.

Na sequência desse despacho, a Caixa assegurou, junto dos respectivos serviços do Ministério da Justiça, o aperfeiçoamento do sistema de controlo do falecimento dos seus pensionistas residentes em Portugal, em termos que permitem continuar a dispensar a prova periódica de vida.

Relativamente aos pensionistas residentes no estrangeiro, porém, o referido sistema de controlo mostra-se insuficiente, pelo que se justifica a ponderação e adopção de um sistema apropriado que permita atingir os objectivos visados.

Nestas circunstâncias determino:

*1 - **Continua suspensa, em relação aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações residentes em Portugal, a prova periódica de vida** prevista no nº 2 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no nº 3 do artº 30º do Decreto-Lei nº 142/73, de 31 de Março.*

*2 - Em relação **aos pensionistas residentes no estrangeiro**, o conselho de administração da Caixa Geral de Aposentações adoptará um sistema de prova de vida que permitirá atingir os objectivos visados pelas disposições legais referidas no número anterior, sem que tal acarrete, no entanto, um ónus desproporcionado para esses pensionistas.»* •

Cessão a título definitivo

QUINTA DAS CAMÉLIAS

Despacho conjunto n.º 190/99, de 2 de Março

É autorizada a cessão definitiva, a título oneroso, da parcela do PM 41/Lisboa, a que se refere a alínea x) do art. 1º do Dec. Lei n.º 318/97, de 25 de Novembro, conforme planta anexa, à Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), com a área total de 5.895 m² (2.330m² de área coberta e 3.565m² de área descoberta) e tendo como confrontações a nascente a Alameda das Linhas de Torres, a sul a Azinhaga do Frade, a poente e a norte a Universitas, Cooperativa de Ensino Superior e Investigação Científica, CRL.

Jantar Associativo

Reunião na Sede Nacional

Dia 26 de Março (Sexta-feira)

A reunião de associados que habitualmente tem decorrido na última sexta-feira de cada mês, na Sede Nacional, passa a realizar-se no restaurante, pelas 20h00, podendo os associados, que não participem no jantar, juntar-se aos camaradas presentes pela hora do café, ainda a tempo de intervir nas questões em debate.

Próteses em silicone para amputações parciais

A protetização das amputações parciais de membros (mãos, pés) e de outras partes do corpo, bem como as malformações congénitas que se traduzem em ausências parciais de membros, representam para a equipa de reabilitação um verdadeiro desafio no que diz respeito a técnicas e materiais empregues na sua resolução.

Tratando-se de situações em que o objectivo da protetização é prioritariamente cosmético e não tanto funcional, a estética, durabilidade, perfeição e equilíbrio com o membro amputado do cliente são de primordial importância. Pode dizer-se nestes casos que a adaptação só é conseguida quando o cliente considera a prótese como parte integrante do seu corpo.

Ao longo dos tempos foram sendo aprofundadas as técnicas de molde, bem como experimentados novos tipos de materiais no sentido de minimizar o risco de rejeição por parte dos clientes, as próteses que, com alguma frequência eram prescindidas por falta de qualidade estética e total inadequação dos materiais na sua utilização diária.

Tal acontece com o PVC, frequentemente utilizado neste tipo de próteses, o qual apresenta com frequência problemas a nível da tensão exercida no membro remanescente devido à falta de adaptabilidade do material, cor e estética limitada, dificuldade na limpeza, nomeadamente na remoção de certas manchas, como as de esferográfica.

Assim, desde os anos 60 têm vindo a utilizar-se, com sucesso, próteses fabricadas por medida, em elastomeros de silicone.

Tratando-se de próteses substancialmente mais dispendiosas do que as tradicionais, as técnicas e materiais estão agora de tal forma aperfeiçoados que os resultados de adaptação destas próteses têm sido extremamente positivos, surgindo claras melhorias, nomeadamente: na qualidade e durabilidade da prótese (a longevidade destas próteses podem em certos casos atingir 10 anos); na estética geral, imitando com maior perfeição o toque da pele humana, permitindo coloração personalizada; na execução por molde que garante total compatibilidade com o resto do membro bem como com o membro oposto; na melhoria do grau de adaptabilidade dos materiais (o comportamento sobre tensão do material é mais "humanizado", impedindo a sensação de aperto que por vezes surgia com os materiais tradicionais); na melhoria substancial a nível da limpeza, sendo sempre possível remover nódoas.

Este material poderá ser utilizado no revestimento de todo o tipo de próteses, de membro superior ou inferior, substituindo com franca melhoria na qualidade, na estética e na humanização das próteses, os revestimentos cosméticos convencionais.

O CRPG, sempre atento à inovação e, em resposta a diversas solicitações dos seus clientes, está preparado para produzir e adaptar este tipo de próteses. •

Emília Mendes e Cristina Crisóstomo

Úlceras por pressão – Tratamento começa com a prevenção

Úlceras por pressão, escaras de decúbito ou pressão, são nomes diferentes para uma mesma complicação clínica - áreas localizadas de necrose (morte) da pele - que afectam pessoas com mobilidade restrita, devido ao aumento de pressão numa pequena área de tecido mole, por uma prolongada permanência na mesma posição.

O risco aumenta, quando também se verifica perda ou diminuição da sensibilidade, incontinência urinária e/ou fecal.

Uma pessoa com mobilidade e sensibilidade preservadas, defende-se desta situação de forma automática, com pequenas alterações de posição feitas periodicamente, permitindo que o sangue circule por toda a pele.

As causas mais comuns são, entre outras: permanecer muito tempo sentado ou deitado, usar assentos mal acolchoados ou deteriorados, permanecer sentado em zonas que não são almofadadas, quedas, transpiração excessiva e uso de roupa muito apertada que tenha costuras de grande relevo.

Clinicamente, as úlceras por pressão variam desde inflamação superficial e escoriação até grandes cavidades infectadas, que ocasionalmente envolvem o osso subjacente e os órgãos internos. Elas classificam-se consoante o grau de gravidade e profundidade do tecido envolvido - grau 1 a 5.

A prevenção é claramente o modo mais fácil, mais barato e bem sucedido de tratamento e começa durante a fase de hospitalização e continua durante toda a vida ou processo de reabilitação, assentando em vários factores: bons cuidados de higiene, alimentação equilibrada, posicionamentos e mudanças de decúbito (de duas em duas horas) na posição de deitado, uso de dispositivos especiais de alívio da pressão (almofadas, colchões, etc.), alívio periódico da pressão quando sentado (push-ups), cuidados com a pele, devendo esta ser sujeita a avaliação de rotina.

A avaliação da pele deve ser feita duas vezes por dia, de manhã e à noite, devendo ser identificados os seguintes sinais: alteração na cor, vesículas (bolhas), queimaduras, edemas, inchaços, descamação, feridas, irritações, alergias.

Deve usar-se espelhos para observar zonas de difícil ou mesmo impossível visualização, como a parte de trás das pernas, nádegas e coluna.

Se qualquer um destes sinais permanecer numa zona por mais de 30 minutos, ela deve ser considerada como uma área potencialmente perigosa, e deve ser aliviada de pressão até retomar o seu estado normal. •

Alexandra Couto e Ana Nunes

Readaptação ao trabalho

O programa de Readaptação ao Trabalho foi reestruturado no sentido de oferecer uma resposta mais eficaz às necessidades do público a que se destina.

Tendo como objectivos a reconversão profissional de pessoas com deficiência adquirida com necessidade de reorganizar a sua actividade profissional, e a reintegração profissional de pessoas com deficiência desempregadas de longa duração, o novo programa decorre, em média, ao longo de 18 meses e estrutura-se em 4 etapas.

Numa primeira fase realizam-se actividades de desenvolvimento de rotinas profissionais e de desenvolvimento de competências de empregabilidade, que podem ser complementadas com intervenções de apoio psicológico e de reabilitação funcional de acordo com as problemáticas individuais. Esta primeira fase é desenvolvida em Centro. Segue-se uma etapa curta de formação em alternância, Centro / Empresa, sendo a terceira fase integralmente desenvolvida em contexto real de trabalho, através da realização de estágio de formação em empresa. A quarta e última fase tem como objectivo concretizar os projectos de (re)integração na vida activa e profissional dos formandos e proceder ao seu acompanhamento. •

Alexandra Lorga

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA - CRPG

Av. João Paulo II
4405-075 Arcozelo
Vila Nova de Gaia - Portugal
Horário: das 9h às 13h e das 14h às 17h
Tel. + (351)(2) 753 77 00
Fax + (351)(2) 762 90 65
E-mail: jsousamail.telepac.pt
Home page: http//: www.crpgaia.pt

Patuleia Mendes

1999 Um toque de alvorada para Timor?

É arriscado escrever agora uma crónica sobre Timor, dada a distância que a separa da sua divulgação e o precipitar das ocorrências, que a podem tornar ultrapassada, mas as notícias que nos vêm chegando, mais recentemente, deixaram-nos, tal como à comunidade internacional, na mais perfeita perplexidade, para que se omita o tema!

Ninguém quer acreditar, ainda, na seriedade do volte face da arreigada caturrice dos políticos indonésios, que afirmam pretender abandonar as contínuas violações dos mais elementares direitos humanos, naquela martirizada terra. Em complemento, decidem extinguir a condenação do seu povo ao genocídio, parando de o espezinhar, na sua dignidade, sob o brutal peso da bota militar do exército regular e das suas forças especiais, ou ainda das milícias civis que vinham a armar, se é que não continuam a fazê-lo!...

O ELO, desde há muito, vinha acompanhando a dor e tragédia do fraterno povo timorense, sobretudo a partir do, tragicamente, histórico dia 12 de Novembro de 1991, data da ocorrência do massacre do cemitério de Santa Cruz, em Dili; a sua intervenção pública reforçou-se, aquando da atribuição do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta, mas a nossa atenção crítica, a estes novos sinais, não pode adormecer!

E, pois, fundamental que estas páginas se continuem a voltar para cada canto do mundo, onde a guerra, e as resultantes violações dos direitos do Homem, ponham em causa a liberdade individual dos cidadãos e, em sequência, o seu legítimo acesso, como povo, à autonomia e independência. Isto faz sentido, e sobremaneira, quando se trata de Timor-Leste!

Não é entendível a repentina mudança de atitude do ministro dos negócios estrangeiros, Ali Alatas, que passa das suas risadas cínicas, quando inquirido sobre a autonomia de Timor, ou a saída de Xanana Gusmão da cadeia de Cipinang, para a forma como agora se pronuncia e as autoridades indonésias actuam.

Terão sido as comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o reconhecimento da razão da causa timorense, através da atribuição do Prémio Nobel a dois dos seus maiores defensores, a renúncia de Suharto, ou a pressão política internacional, perante a "banca rota" do sistema financeiro daquele país, que levaram o presidente Habibie, número dois da hierarquia repressora, até há pouco tempo, a mudar tão radicalmente de ideias? É que, quando a esmola é muita, o pobre desconfia...

Como se deriva de um massacre recente, em Allas, cujos contornos ainda não estão completamente esclarecidos, para uma situação de autonomia ou independência, a reconhecer pelo método de "panela de pressão"?

Esperemos que a Indonésia não continue a armar civis, que lhe são afectos, para que, com algum "Savimbi" colunado, se desenvolva, em Timor-Leste, uma guerra civil e fratricida. Uma prenda envenenada para os timorenses, para a comunidade internacional e para o esforço diplomático de Portugal.

À frase de Habibie, de que a Indonésia tem que se livrar do "fardo" de Timor, até ao ano 2000, Megawhatti Sukarno Butri, líder de uma oposição que se afirma democrática, declara que Timor é parte inalienável da Indonésia e que o seu "povo irmão" não pode ser despejado como um fardo. O que Megawhatti, candidata presidencial às eleições de 7 de Junho, não sabe é se esse é o desejo do povo timorense, antes de ouvir se este, continuando a ser irmão, não entende como um pesado fardo a sua dependência daquele país... Como se inverteram os papéis!

É prematuro embandeirar em arco! Há que perscrutar o idioma indonésio com cuidado, pois, para ele, ainda não se encontra em vigor o dicionário da Democracia, do qual fazem parte as palavras "Referendo" e "Liberdade".

Apesar de tudo, é imensurável o nosso desejo de que, neste ano, soe a alvorada da ressurreição para o povo de Timor, e para os mais de cem mil dos seus melhores filhos, trucidados pela cegueira indonésia, desde 7 de Dezembro de 1975. •

Descubra você mesmo

Sem tostão ...

O símbolo do euro foi inspirado na letra grega "épsilon", remetendo para a primeira letra da palavra "Europa". A abreviatura de euro é "EUR", registada na Organização Internacional de Normalização (ISO), será utilizada para fins comerciais e financeiros, tal como acontece com as designações "FRF" (Franco francês), "GBP" (Libra esterlina), ou "PTE" (escudo).

As moedas do euro são oito: de 1 e 2 euros, de 50, 20, 10, 5, 2 e 1 cêntimo. Todas as moedas terão uma face comum, um mapa da União Europeia. O verso será da responsabilidade de cada Estado-Membro aderente ao euro.

Quanto às notas euro, são sete, com cores e dimensões diferentes, com valores de 500, 200, 100, 50, 20, 10 e 5 euros. Numa das faces encontram-se desenhos simbolizando o património arquitectónico europeu, não representando nenhum monumento existente.

No verso figuram pontes de várias épocas, uma metáfora da comunicação entre todos os países.

A partir de 1 de Janeiro de 2002, teremos que adaptar-nos definitivamente às novas moedas e notas.

Os problemas de conversão de preços vão fazer com que, às vezes, se arredondem até à unidade de euro mais próxima. E a confusão poderá levar alguns comerciantes a tentar enganar os seus clientes, arredondando por alto os cêntimos. Se nos habituarmos a perdoar alguns cêntimos (como habitualmente fazemos com os escudos), perdemos muito dinheiro, pois perdoar três cêntimos num produto poderá significar um aumento do seu preço em cerca de sessenta escudos.

A introdução do euro não igualará preços nem salários, e será ainda mais fácil ver a diferença dos níveis de vida entre os europeus.

A chegada do euro é irreversível, por isso não se deixem iludir. •

Maria José Carriço

Curiosidades

Você sabia que...

... a UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund), Fundo Internacional das Nações Unidas para o Socorro da Infância, foi fundada, em 1946, no seio da ONU, para promover ajuda e socorro às crianças dos países devastados pelas guerras? E que, actualmente, por todo o globo, contribui para minorar os problemas da fome, saúde e educação das crianças, desempenho que, muito merecidamente, originou que lhe fosse atribuído, em 1965, o "Prémio Nobel da Paz"?

... as árvores, reconhecidas como tal, divergem em tamanho, de forma mais díspar do que se poderia imaginar? E que, a maior delas, a "sequóia sempre verde", pode atingir, como um exemplar da Califórnia, com 500 anos, 112 metros de altura, igual a um prédio de 40 andares, enquanto que a mais pequena, o "salgueiro rastejante", cresce 0,1 milímetros por ano, o que lhe permite alcançar 2 centímetros na idade adulta, claro que ao chegar aos 200 anos de idade?

... Joham Strauss (1825-1899), filho de pai, também compositor e com o mesmo nome, seguiu as pegadas do progenitor, na divulgação e fixação do estilo de música de dança e do ambiente galante dos salões vienenses, o que lhe deu uma notoriedade que perdura ainda hoje? E que, para além da mais célebre das suas inúmeras valsas, o "Danúbio Azul", compôs algumas operetas dignas de registo, conjunto de obras que, apesar de consideradas superficiais, pelo seu êxito imediato, não deixaram de caracterizar as épocas e meios sociais da aristocracia e alta burguesia dos frívolos salões de Viena, na segunda metade do século passado, e dos do resto da Europa e Américas, na "Belle Époque"?

... contrariamente ao que poderá pensar-se, é muito curta, em termos de ADN, a diferença que separa o homem, dos outros primatas mais evoluídos, como os orangotangos, gorilas e, sobretudo, os chimpanzés, com os quais o tem igual, na proporção de 98,4 por cento? E que, portanto, é 1,6 por cento do ADN que nos distingue daquele "parente", geneticamente, tão próximo? •

Patuleia Mendes

ELO

Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz – Ed. ADFA 1600 – Lisboa
Telefone: 01-7570502 Fax: 01-7571319
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com

CCADFA

ADFA já tem proposta para "Stress de Guerra"

No dia 18 de Fevereiro realizou-se a 10ª reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), no Ministério da Defesa Nacional, que contou com a presença do 1º vice-presidente da DN, Catarino Salgado.

Entre os pontos agendados destacou-se o "Stress de Guerra", com uma proposta anunciada pela ADFA, fundamentada em termos de gestão financeira, recrutamento de pessoal e equipamento, em que se define um possível arranque de uma fase de consultas em algumas delegações da Associação, com vista a por em prática a Rede Nacional de Apoio, com recurso a infra-estruturas não governamentais.

Outro assunto debatido nesta reunião tem que ver com os deficientes militares não qualificados em serviço. Esta questão encontra-se em estudo no gabinete do ministro das Finanças, sendo possível a publicação de legislação sobre esta matéria.

A uniformização das Tabelas de perfis psicofísicos de inaptidões e incapacidades está pendente de resposta por parte do Exército e da Armada. As novas tabelas estão prontas para publicação e já abrangem o "Stress de Guerra".

A ADFA insistiu junto do Conselho, no que respeita à Lei n.º 34/98, de 18 de Julho, referente aos prisioneiros de guerra, para que a mesma seja regulamentada. Para tal é competente o Ministério das Finanças, aceitando-se que a Defesa diligenciará junto do mesmo.

Quanto à questão dos ex-milícias dos PALOP, foi informado que o departamento jurídico do MDN estava a dar andamento ao assunto para ser submetido a despacho.

O representante da DN informou o Conselho sobre o programa provisório das comemorações do 25º Aniversário da ADFA, passando depois a debater-se a primeira reunião dos responsáveis dos departamentos jurídicos do MDN, dos três ramos das Forças Armadas e da ADFA para clarificação de conceitos na classificação de serviço de campanha.

A aplicação do DL n.º 134/97, de 31 de Maio, foi novamente debatida, tendo sido apresentada a posição da ADFA, já publicada no ELO, onde foi proposta a alteração do decreto que entretanto está a ser estudado no gabinete do ministro da Defesa.

No que respeita ao artigo 7º do DL n.º 240/98, de 7 de Agosto – novo prazo de dez anos para abertura da revisão de processo – não se verificou coincidência de pontos de vista relativamente à interpretação a seguir. Afigura-se como alternativa a produção de uma nova proposta legislativa.

A ADFA apresentou ainda um protesto sobre o modo como os associados são atendidos pelos técnicos de saúde quando se dirigem às juntas militares em revisões por agravamento, sendo também referida a proposta de nova Lei do Serviço Militar, com uma chamada de atenção, uma vez que quando foi apresentada na Assembleia da República, a ADFA não teve oportunidade de manifestar o seu parecer sobre o assunto (ver notícia ao lado).

A contagem de tempo de serviço para a aposentação foi o último tema discutido, solicitando-se uma tomada de posição da Defesa sobre a proposta que a ADFA apresentou no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, em que se defende a diminuição do tempo de serviço para efeitos de reforma, tendo como referência o grau de incapacidade e o tempo de serviço anterior à primeira aposentação. •

R.V.

Assembleia da República

Comissão de Defesa recebe a ADFA

A ADFA foi ouvida pela Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República no passado dia 2 de Março, sobre a proposta da Nova Lei do Serviço Militar, tendo sido representada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, pelo presidente da Direcção Nacional e pelo consultor jurídico da Associação.

A delegação da ADFA transmitiu à Comissão as preocupações da Associação, fundamentalmente relativas ao enquadramento dos direitos essenciais que a Lei deverá consagrar quando os cidadãos se deficientam durante a prestação do serviço militar.

Defende-se que a nova lei consagre inequivocamente o direito à reparação moral e material pelos danos ocorridos no exercício da função militar, direito à plena reintegração e reabilitação profissional e social, bem como um adequado apoio familiar.

Em termos concretos, entende-se que a nova lei deve assegurar o direito à assistência médica e apoio social a todos os militares e seus familiares e que deverá abranger quer os deficientes quer as doenças adquiridas ou agravadas, incluindo situações que, não obstante não resultarem directamente da prestação do serviço, ainda são merecedoras da tutela do direito e da atenção do Estado.

Por outro lado, não deve esquecer as operações de recrutamento e selecção, incluindo as deslocações de e para as mesmas. Deverá também assegurar a plena reabilitação e integração, aí se compreendendo o fornecimento e manutenção gratuitos de todas as ajudas técnicas e, por outro lado, estabelecer o direito a pensões de preço de sangue e/ou sobrevivência e assistência médica e social aos familiares dos falecidos.

Foi também proposto que a dispensa do serviço militar seja estendida a todos os filhos e irmãos de deficientes militares.

Foi ainda chamada a atenção para a sobreposição de regimes legislativos, por forma a acautelar que não se venha a verificar qualquer vazio legal resultante da revogação da Lei e do Regulamento da Lei do Serviço Militar que ainda se encontra em vigor.

A ADFA chamou a atenção para mais alguns aspectos não directamente relacionados com os deficientes militares, mas ainda reputados de interesse. •

R.V.

Nota da Redacção

Em virtude da urgente publicação do caderno com o Relatório de Actividades e Contas de 1998, a Direcção Nacional solicitou que se adiasse esta edição por uma semana.

A redacção do ELO apresenta, em nome da DN, as suas desculpas pelo atraso desta edição, lembrando que o jornal de Abril retomará a pontualidade de publicação a que já tem habituado os seus leitores.

A Redacção

Comboios

Protocolo de cooperação

"Criar condições de acessibilidade em todas as estações às pessoas com mobilidade reduzida" é um dos objectivos do protocolo assinado no dia 19 de Fevereiro pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), pela Rede Ferroviária Nacional (REFER) e pela Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro (CP).

A celebração deste protocolo teve lugar na inauguração do novo auditório do SNRIPD, em Lisboa, numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, na presença do presidente da DN, Humberto Sertório, entre outros convidados.

O protocolo considerou as recomendações da União Europeia e das Nações Unidas, bem como a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

A REFER ficou incumbida de desenvolver um Plano de Intervenções no espaço das estações, tendo o ano 2000 como limite para as intervenções nas estações do Eixo Norte-Sul e nas Linhas Suburbanas de Lisboa e Porto.

O SNRIPD comprometeu-se a organizar acções de formação e sensibilização com o pessoal da REFER e da CP.

As obras englobam instalações sanitárias adaptadas, novas passadeiras de nível, passagens desniveladas, por rampa ou elevador, e balcões de atendimento mais acessíveis.

A CP vai garantir, com a aquisição e modernização das composições, a circulação de passageiros de cadeira de rodas, montando também um serviço informativo para os passageiros portadores de deficiência. •

R.V.

Taxas Moderadoras

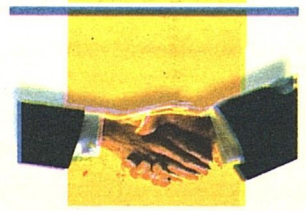
Tendo-se suscitado dúvidas sobre o âmbito de aplicação da alínea j) do n.º 1 do artigo 2º do DL n.º 54/92, de 11 de Abril, informa-se que, por despacho de 24 de Julho de 97, da ministra da Saúde, foi definida a seguinte orientação: os DFA, na situação de reforma extraordinária ou de beneficiário de pensão de invalidez, com incapacidade permanente não inferior a 50 por cento, encontram-se em situação idêntica à dos pensionistas de doença profissional com grau de incapacidade permanente global não inferior a 50 por cento pelo que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 2º do DL n.º 54/92, de 11 de Abril, estão isentos do pagamento de taxas moderadoras; a prova da situação referida no número anterior faz-se mediante apresentação do cartão de DFA e de declaração passada pela CGA mencionando o grau de incapacidade e a qualidade de pensionistas por invalidez ou de beneficiário de pensão de reforma extraordinário. •

LPL

TODAS AS RAZÕES
para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis

Atendimento personalizado



Técnicos especializados

... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA

RENAULT Chelas
Tudo Por Si.

Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53

RENAULT